

Demonstrações Contábeis Societária

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Nota		
		31/12/2024	31/12/2023	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.125	70.311	
Títulos e valores mobiliários	6	211.769	17.935	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	237.867	243.760	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	47.051	-	
Outros tributos a compensar	8	24.581	21.290	
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	84.714	122.674	
Derivativos	30	72.356	1.701	
Ativo financeiro setorial	9	-	9.970	
Estoques		4.416	4.083	
Outros ativos	12	65.709	46.741	
Total do circulante		791.587	538.465	
Não circulante				
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	15.329	12.993	
Depósitos judiciais	19	17.563	18.759	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	7.386	-	
Outros tributos a compensar	8	28.843	25.104	
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	-	24.632	
Ativo financeiro setorial	9	-	2.879	
Derivativos	30	20.212	3.438	
Créditos fiscais diferidos	10	-	14.472	
Ativo financeiro da concessão	11	249.935	183.111	
Outros ativos	12	1.772	2.197	
Ativo contratual	13	388.375	244.166	
Intangível	14	1.175.503	1.079.632	
Total do não circulante		1.904.918	1.611.381	
Total do ativo		2.696.505	2.149.846	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	15	183.642	147.129
Empréstimos e financiamentos	16	500.567	88.521
Debêntures	17	5.123	95.980
Taxas regulamentares		1.399	5.665
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	25.508
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	18.222	37.822
Dividendo	21	29.592	12.920
Obrigações estimadas com pessoal		6.433	6.162
Passivo financeiro setorial	9	64.017	20.919
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	53.508	106.358
Outras contas a pagar	20	80.306	45.790
Total do circulante		942.808	592.773
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	569.242	884.749
Debêntures	17	467.597	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	7.071	7.229
Débitos fiscais diferidos	10	16.785	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	33.090	32.704
Derivativos	30	7.141	62.912
Passivo financeiro setorial	9	11.857	3.420
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	15.261	41.988
Outras contas a pagar	20	8.039	9.482
Total do não circulante		1.136.085	1.042.483
Patrimônio líquido			
Capital social	21	252.576	218.756
Reserva de capital		485	486
Reserva legal		11.873	5.117
Reserva de lucros a realizar		14.962	8.954
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		289.210	247.457
Outras destinações		48.507	33.820
Total do patrimônio líquido		617.612	514.590
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.696.505	2.149.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	23	1.795.573	1.540.552
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	24	(855.912)	(769.078)
Custo com operação			
Amortização		(164.475)	(156.159)
Outros custos com operação	25	(73.511)	(66.690)
Custo com serviço prestado a terceiros	25	(90.964)	(89.470)
		(389.115)	(265.806)
Lucro operacional bruto		386.072	349.509
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(41.415)	(33.902)
Amortização		(210)	(194)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.896)	(6.019)
Outras despesas com vendas	25	(30.309)	(27.688)
Despesas gerais e administrativas		(63.252)	(69.424)
Amortização		(4.708)	(4.992)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(58.544)	(64.432)
Outras despesas operacionais	25	(7.308)	(9.644)
Resultado do serviço		274.097	236.539
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		60.074	51.249
Despesas financeiras		(146.352)	(142.520)
		(86.277)	(91.271)
Lucro antes dos tributos		187.820	145.268
Contribuição social	10	(13.698)	(11.497)
Imposto de renda	10	(39.011)	(31.424)
		(52.709)	(42.921)
Lucro líquido do exercício		135.111	102.347
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	376,29	285,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	135.111	102.347
Resultado abrangente do exercício	135.111	102.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total
			Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Outras destinações				
			Reserva legal						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.413	501	34.083	233.016	4.230	-	-	-	442.243
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	102.347	102.347
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	48.343	-	(34.083)	(14.260)	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	5.117	-	-	-	-	(5.117)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	28.701	-	-	-	(28.701)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	33.820	-	(33.820)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	4.724	-	-	(4.724)	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(15)	-	-	-	-	-	15	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218.756	486	5.117	247.457	8.954	33.820	-	-	514.590
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	135.111	135.111
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital - AGE de 25/04/2024	33.820	-	-	-	-	(33.820)	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	6.756	-	-	-	-	(6.756)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	41.753	-	-	-	(41.753)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	48.507	-	(48.507)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	6.007	-	-	(6.007)	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(1)	-	-	-	-	-	1	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	-	-	-	-	-	-	-	(16.649)	(16.649)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(15.440)	(15.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	252.576	485	11.873	289.210	14.962	48.507	-	-	617.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos tributos	187.820	145.268
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	78.429	71.876
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.030	10.071
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.896	6.019
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	107.037	120.141
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.717	9.097
	398.929	362.472
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(7.307)	(64.160)
Tributos a compensar	9.808	59.274
Depósitos judiciais	2.299	7.067
Ativo financeiro setorial	6.722	(7.410)
Contas a receber - CDE	(14.448)	(5.911)
Outros ativos operacionais	5.529	10.178
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	36.513	21.761
Outros tributos e contribuições sociais	1.875	12.817
Taxas regulamentares	(4.266)	3.476
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(7.172)	(12.426)
Passivo financeiro setorial	(25.483)	(71.441)
Contas a pagar - CDE	(37)	37
Outros passivos operacionais	24.048	(9.657)
	427.010	306.077
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações		
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(55.385)	(50.124)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.852)	(37.947)
	300.773	218.006
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(775.944)	(61.375)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	585.804	44.176
Adições de ativo contratual	(384.625)	(270.682)
	(574.765)	(287.881)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	507.719	313.613
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(202.841)	(170.509)
Liquidação de operações com derivativos	(45.152)	(39.705)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(12.920)	(38.432)
	246.806	64.967
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.186)	(4.908)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	70.311	75.219
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43.125	70.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
1 - Receita	2.576.259	2.246.724
1.1 Receita de venda de energia e serviços	2.198.413	1.987.341
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	388.742	265.403
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.896)	(6.019)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.451.164)	(1.235.780)
2.1 Custo com energia elétrica	(957.045)	(861.172)
2.2 Material	(228.188)	(186.288)
2.3 Serviços de terceiros	(229.670)	(148.199)
2.4 Outros	(36.261)	(40.120)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.125.095	1.010.945
4 - Retenções	(78.921)	(72.129)
4.1 Amortização	(78.921)	(72.129)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.046.174	938.815
6 - Valor adicionado recebido em transferência	62.728	52.787
6.1 Receitas financeiras	62.728	52.787
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.108.902	991.603
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	77.279	76.358
8.1.1 Remuneração direta	46.447	48.964
8.1.2 Benefícios	27.295	24.767
8.1.3 F.G.T.S	3.537	2.627
8.2 Impostos, taxas e contribuições	745.840	666.478
8.2.1 Federais	434.899	425.472
8.2.2 Estaduais	310.670	240.708
8.2.3 Municipais	271	298
8.3 Remuneração de capital de terceiros	150.674	146.419
8.3.1 Juros	150.259	145.407
8.3.2 Aluguéis	415	1.012
8.4 Remuneração de capital próprio	135.111	102.347
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	16.649	30.000
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	15.440	-
8.4.3 Lucros retidos	103.022	72.347
	1.108.902	991.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2023, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2024, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 515 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,2% em relação ao exercício de 2023, com destaque para a classe residencial, que registrou um crescimento de 7,1%.

A CPFL Santa Cruz, em 2024, recebeu a premiação da ANEEL na categoria Região Sudeste, para concessionárias acima de 400 mil unidades consumidoras. Além disso, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, nas categorias Nacional, Sudeste e Avaliação pelo Cliente, para as empresas com mais de 500 mil consumidores.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2024 começou sob a perspectiva de que a inflação nos EUA iria convergir à meta de forma mais rápida. Esta expectativa foi frustrada no primeiro semestre, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho e números menos favoráveis de inflação. Dados mais enfraquecidos de emprego e inflação a partir de julho levaram o FED a cortar os juros para 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

No entanto, a partir de meados de outubro, o candidato Donald Trump passou a ser considerado favorito para vencer as eleições dos Estados Unidos, com promessas de campanha com potenciais tendências inflacionárias. Esse fator, combinado à divulgação de dados econômicos que mostraram que a desaceleração da atividade e da inflação estava ocorrendo de forma mais lenta, instigou cautela nas decisões do FED a respeito do prosseguimento do ciclo de cortes de juros. Assim, reduziram-se as expectativas para cortes de juros em 2025, contribuindo para o fortalecimento do dólar, que também tem se beneficiado pelo crescimento mais forte da economia norte-americana.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado por surpresas positivas no ritmo de crescimento da atividade econômica.

Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, o crescimento mais forte decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$ 90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, abrindo espaço para ampliação dos gastos em 2024, ano de eleições municipais; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica benigna da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Começando pelo último fator: o mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024; o crédito não-bancário também teve um bom ano, estimulado pela emissão de debêntures. O crédito às famílias ainda colheu os benefícios do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, mas o rendimento médio real dos trabalhadores também cresceu com força, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$ 90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais, em ano de eleições municipais, em conjunto com a retomada do programa "Minha Casa, Minha Vida", ajudaram a turbinar o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul, após a tragédia climática que acometeu o estado. Apesar das perdas significativas, os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

A evolução das contas do governo foi tema central durante o ano. Iniciativas de utilização de fundos públicos para execução de programas (com menor transparência), declarações desfavoráveis ao ajuste das contas e o anúncio do pacote fiscal em novembro, que veio acompanhado de anúncio de aumento da faixa de isenção da cobrança de imposto sobre a renda, aumentaram a desconfiança dos mercados em relação ao comprometimento do governo com a estabilidade das contas públicas. Com isso, as taxas de juros de prazo mais longo acentuaram a tendência de alta e o câmbio disparou.

O real se depreciou fortemente em 2024, em parte pelo cenário externo mais conturbado, em face do aumento de incertezas, acompanhando um movimento que ocorreu com diversas outras moedas de países em desenvolvimento e exportadores de *commodities*. Não obstante, cerca de metade da depreciação deveu-se à piora de percepção do quadro fiscal doméstico, pois a depreciação do real foi quase o dobro da verificada por uma cesta de moedas comparativa.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho aquecido acabou se refletindo também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano mais uma vez acima do teto da meta, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano. Nesse contexto, o Copom suspendeu o ciclo de cortes da Selic antes do que se imaginava, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, o Copom retomou a elevação da Selic, que encerrou o ano de 2024 em 12,25% (11,75% em

2023).

Assim, apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do quadro externo e fiscal doméstico resultou em condições financeiras mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2024:

Em 19 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.311, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CPFL Santa Cruz, em vigor desde 22 de março de 2024, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 5,63%, sendo 8,22% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e -2,59% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 6,72% e da Parcela B de 1,50%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 5,63%, sendo de 3,57%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,83%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2024 com 515 mil clientes, com aumento de 11 mil consumidores, representando um crescimento de 2,1%.

Vendas de energia

Em 2024, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.057 GWh, apresentando um crescimento de 1,2% em relação a 2023.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2024 foi de 49,3% para a classe residencial, 13,7% para a classe comercial e 7,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- Classe Residencial: aumento de 7,1% devido a melhora da massa de renda e temperaturas mais altas registradas em 2024 em comparação a 2023;
- Classes Comercial e Industrial: retrações de 2,8% e 17,9%, respectivamente, devido ao incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e à migração de clientes cativos para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023 e 2024, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Santa Cruz conquistou, em 2024, o Prêmio

Abradee de Avaliação pelo Cliente, que é dado à empresa que obtém o melhor Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee. O resultado da empresa melhorou 6,6% em relação ao ano anterior, e chegou a 83,3 pontos, o melhor resultado do Brasil entre as distribuidoras com mais de 500 mil unidades consumidoras, sendo que a média nacional foi de 68,9 pontos.

Fornecimento de energia: a CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2024, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,84 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,05 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.587 milhões em 2024, representando um crescimento de 14,8% (R\$ 334 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 11,1% (R\$ 156 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 46,5% (R\$ 123 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iii) 25,1% (R\$ 74 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (iv) de 20,1% (R\$ 29 milhões) em outras receitas; (v) de 27,2% (R\$ 2 milhões) no ativo financeiro da concessão; e (vi) de 3,2% (R\$ 2 milhões) no suprimento de energia elétrica; parcialmente compensados pela redução de 65,3% (R\$ 52 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 792 milhões em 2024, representando um aumento de 11,1% (R\$ 79 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.796 milhões no ano, registrando um aumento de 16,6% (R\$ 255 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2024, o EBITDA foi de R\$ 353 milhões, representando um aumento de 14,3% (R\$ 44 milhões), devido ao crescimento de 16,6% (R\$ 255 milhões) na receita operacional líquida. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 46,5% (R\$ 123 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) de 11,3% (R\$ 87 milhões) no custo com energia elétrica; e (iii) de 0,4% (R\$ 1 milhão) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Redução de 6,9% (R\$ 6 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 4,2% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 13,0% (R\$ 8 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Redução de 4,2% (R\$ 1 milhão) em outros custos/despesas operacionais.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2024	2023
Lucro Líquido	135.111	102.347
Amortização	78.428	71.877
Resultado Financeiro	86.277	91.271
Contribuição Social	13.698	11.497
Imposto de Renda	39.011	31.424
EBITDA	352.526	308.416

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro Líquido: a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 135 milhões em 2024, representando um aumento de 32,0% (R\$ 33 milhões), refletindo o aumento de 14,3% (R\$ 44 milhões) no EBITDA, e a redução de 5,5% (R\$ 5 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 22,8% (R\$ 10 milhões) no imposto de renda e contribuição social; e (ii) de 9,1% (R\$ 7 milhões) na amortização.

Endividamento: no final de 2024, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 1.457 milhões, representando um aumento de 29,3%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 385 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra atualmente em 24 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 4, 11, 17, 22, 23 e adicionado o 24, em janeiro de 2025. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de

relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/ > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas>.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: **(i)** desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; **(ii)** treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; **(iii)** apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, **(iv)** monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente e um processo robusto de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2024, temos como principal destaque a ampliação do escopo da certificação ISO 37001 para Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção, o que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Tivemos ainda a atualização da matriz de riscos de Compliance, aplicação da segunda edição da pesquisa de maturidade do programa de integridade, desenvolvemos e implementamos o procedimento de doações e atualizamos e robustecemos o procedimento de conflito de interesses. O Programa contou ainda com um robusto plano de treinamentos para 2024 atingindo principalmente o público operacional, bem como treinamentos conduzidos em parceria com CPFL+Diversa e CIPA. Em 2024 tivemos a celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Santos/SP, com a presença do jornalista esportivo Felipe Andreoli e um treinamento focado para liderança ministrado pelo professor doutor Alexandre Di Micelli. Contamos também com o lançamento da campanha de comunicação “integridade é prioridade” e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Política Anticorrupção”, “Assédio moral e tratamento desrespeitoso”, “Assédio sexual e importunação sexual”, e “Relacionamento com agentes público e boas práticas em ano eleitoral”, além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Jaguari atua, em 2024 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 1.470 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 8 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente impactou 835 mil espectadores; **(iv) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando 646 espectadores; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance**

(nacional): realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Ribeirão Preto. Ao todo, ao longo de 2024, foram 153 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube e 23 milhões de visualizações em ações digitais; e **(7) Eficiência energética (0,5% da ROL):** em 2024 foram investidos R\$ 2,8 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 609,0 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 18 clientes; substituição de 14.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), totalizando 610 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 57,9 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 1.579 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 386,5 mil investidos em projetos que proporcionaram a substituição de 184 pontos de Iluminação por LED e 228 KWp instalados em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R\$ 1,8 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando 462 KWp instalados em Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a substituição de lâmpadas por LED em 9 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2024, treinamos 598 colaboradores. Foram 22 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricistas ao longo do ano, foram 3 turmas, 29 participantes, 26 aprovados e 12 contratados.

Rede de Valor: em 2024, foram realizados 2 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 120 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores

independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13.820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 515 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 151.221 (R\$ 54.308 em 31 de dezembro de 2023), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa para quitar suas dívidas, bem como as projeções de fluxos de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

1.2 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Iniciativas específicas

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes de gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação da ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais (“ocorrências”), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A

composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento.

O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão dos fatos podem atingir a Companhia e, por fim, os públicos de seu relacionamento.

Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações da Companhia.

Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros.

A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL Energia, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência.

Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações.

Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações da Companhia voltem à normalidade de forma eficiente.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de fevereiro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii)

instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos e créditos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não

coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são

registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é

fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.11 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários nota 23.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.12 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.13 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de

arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou as alterações ao CPC 26, referentes à Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. As alterações visam esclarecer que a classificação de passivos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) só será afetada quando o atingimento desses índices for exigido até a data do balanço.

Além disso, a Companhia levou em consideração as modificações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, que esclarecem as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigem divulgações adicionais sobre tais acordos. Os requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a entender os impactos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez da entidade.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos bancários	9.317	11.039
Aplicações financeiras	33.808	59.272
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	745	817
Títulos de crédito privado (b)	16.592	46.042
Fundos de investimentos (c)	16.470	12.413
Total	43.125	70.311

- (a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração equivalente, na média, de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (15% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDBs no montante de R\$ 16.592 (R\$ 22.673 em 31 de dezembro de 2023), e (ii) operações compromissadas em debêntures (R\$ 23.369 em 31 de dezembro de 2023). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 98,11% do CDI (101,89% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Através de fundos de investimentos	211.769	17.935
Total	211.769	17.935

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldo vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2024	31/12/2023
Classes de consumidores					
Residencial	42.740	37.826	5.215	85.781	81.990
Industrial	8.276	5.618	2.830	16.725	11.613
Comercial	10.921	6.153	1.281	18.355	17.729
Rural	8.720	4.239	1.056	14.015	11.440
Poder público	4.513	2.671	2.355	9.539	9.937
Iluminação pública	4.984	944	407	6.335	9.022
Serviço público	2.590	4.872	2.534	9.996	6.952
Faturado	82.743	62.323	15.680	160.746	148.684
Não faturado	74.274	-	-	74.274	92.672
Parcelamento de débito de consumidores	6.905	1.742	2.220	10.866	11.121
Operações realizadas na CCEE	3.347	-	-	3.347	494
Concessionárias e permissionárias	1.278	-	-	1.278	1.473
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(266)	-	-	(266)	(298)
	168.281	64.065	17.899	250.245	254.147
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(12.377)	(10.387)
Total				237.867	243.760
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	5.145	-	-	5.145	3.808
Energia Livre	10.184	-	-	10.184	9.185
Total	15.329	-	-	15.329	12.993

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2022	(14.389)	(726)	(15.115)
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.968)	72	(9.897)
Recuperação de receita	3.878	-	3.878
Baixa de contas a receber provisionadas	10.093	-	10.093
Saldo em 31/12/2023	(10.387)	(654)	(11.041)
Provisão revertida (constituída) líquida	(17.589)	(32)	(17.621)
Recuperação de receita	6.725	-	6.725
Baixa de contas a receber provisionadas	8.874	-	8.874
Saldo em 31/12/2024	(12.377)	(686)	(13.063)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	47.051	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	3.120	1.153
ICMS a compensar	19.478	16.779
Programa de integração social - PIS	218	536
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.765	2.821
Outros tributos a compensar	24.581	21.290
Total circulante	71.631	21.290
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.386	-
ICMS a compensar	28.843	25.104
Outros tributos a compensar	28.843	25.104
Total não circulante	36.229	25.104

Imposto de renda e contribuição social a compensar no circulante: refere-se principalmente a constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social pago a maior.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: refere-se ao reconhecimento do crédito gerado sobre a atualização financeira de repetição de indébito. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu que o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito). A Companhia havia impetrado ação judicial em julho de 2021, resguardando assim seu direito de recuperar os montantes tributados a maior nos últimos 5 anos. Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil resposta à Solução de Consulta por ela previamente apresentada, que tem relação como tema, tornando-se neste momento possível o reconhecimento do crédito no montante de R\$ 7.386.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	15.111	21.882
COFINS sobre ICMS	69.603	100.792
Total circulante	84.714	122.674
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	-	4.394
COFINS sobre ICMS	-	20.238
Total não circulante	-	24.632
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	53.508	106.358
Total circulante	53.508	106.358
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	15.261	41.988
Total não circulante	15.261	41.988

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a “CPFL Santa Cruz” os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R\$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial foi totalmente utilizado até o ano de 2023.

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 203.418, sendo que em março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 135.567) e março de 2023 (R\$ 48.449) e março de 2024 R\$ 839 de acréscimo (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores finalizou, ou seja, todo o crédito de PIS e COFINS foi repassado aos consumidores nos reajustes tarifários em relação a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105.

A CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” incorporou em dezembro de 2017 a empresa “Companhia de Força e Luz Santa Cruz”, e consequentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia. Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 129.374.

Em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, em fevereiro de 2024 as compensações foram iniciadas. Com isso, no reajuste tarifário de março de 2024 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de (R\$ 79.852) (nota 9), restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 68.769.

Ainda sobre esse assunto, em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 28.718 foi recolhido em fevereiro de 2024. Posteriormente, tais valores foram abatidos do repasse ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual – RTA.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2024, até dezembro de 2024 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 77.423, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 84.714.

Foi publicada a Lei n. 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2023			Receita operacional (nota 23)			Resultado financeiro (nota 26)	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento		Saldo em 31/12/2024		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária			CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total	
	20.165	(24.868)	(4.702)	(34.761)	21.205	551	-	(8.871)	(25.239)	(1.339)	(26.579)		
Parcela "A"													
CVA (*)	2.266	(5.960)	(3.694)	(8.600)	12.061	(2.806)	-	(8.871)	(9.020)	(2.889)	(11.910)		
Custos energia elétrica	(47.789)	(22.265)	(70.055)	(35.946)	66.175	(3.741)	-	-	(30.441)	(13.125)	(43.566)		
ESS e EER (***)	23.029	(14.318)	8.711	4.466	(4.648)	2.392	-	-	4.942	5.978	10.921		
Proinfa	-	(308)	(308)	(762)	973	(54)	-	-	-	(152)	(152)		
Rede básica	50.970	8.467	59.437	14.464	(52.104)	5.257	-	-	16.013	11.040	27.053		
Repasso de Itaipu	4.230	10.489	14.720	14.807	(12.532)	784	-	-	17.056	722	17.778		
Transporte de Itaipu	5.215	428	5.642	165	(4.708)	561	-	-	284	1.376	1.660		
Neutralidade dos encargos setoriais	(19.472)	(4.786)	(24.258)	(19.129)	20.752	(1.332)	-	-	(19.274)	(4.694)	(23.967)		
Sobrecontratação	1.719	3.385	5.104	(2.622)	(4.762)	(510)	-	-	(3.196)	405	(2.791)		
Bandeira Tarifária faturada	(2)	-	(2)	(1.603)	-	-	-	-	(1.605)	-	(1.605)		
Outros componentes financeiros	(7.317)	529	(6.788)	(22.646)	63.833	(4.681)	(79.013)	-	(25.396)	(23.899)	(49.295)		
Devolução do crédito de PIS/COFINS	-	(10.751)	(10.751)	-	71.813	-	(79.013)	-	-	(17.951)	(17.951)		
Outros	(7.317)	11.280	3.963	(22.646)	(7.980)	(4.681)	-	-	(25.396)	(5.948)	(31.344)		
Total	12.848	(24.339)	(11.490)	(57.406)	85.038	(4.130)	(79.013)	(8.871)	(50.636)	(25.238)	(75.874)		
Ativo circulante			9.970									-	
Ativo não circulante			2.879									-	
Passivo circulante			(20.919)									(64.017)	
Passivo não circulante			(3.420)									(11.857)	

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS: conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.311 relativa ao RTA de 2024, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2024 (nota 8.1). (ii) Outros: refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão, CDE Escassez, entre outros.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2024 ocorreu em abril e foi homologado pelo Despacho nº 1.239 de 23 de abril de 2024.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e (débitos) fiscais diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
<u>(Débito) Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	6.426	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(10.841)	3.819
Subtotal	(4.415)	3.819
 <u>(Débito) Crédito de contribuição social</u>		
Prejuízos fiscais	17.740	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(30.111)	10.653
Subtotal	(12.371)	10.653
 Total	(16.785)	14.472

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, bases negativas e prejuízos fiscais estão baseadas nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.893	8.035	2.843	7.896
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.176	3.266	994	2.760
Programas de P&D e eficiência energética	1.177	3.269	1.151	3.198
Provisão relacionada a pessoal	302	840	294	815
Marcação a Mercado - Derivativos	1.208	3.355	1.775	4.930
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.502)	(4.172)	(1.657)	(4.604)
Derivativos	(10.769)	(29.913)	3.428	9.521
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.390)	(3.861)	(1.919)	(5.332)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(4.860)	(13.500)	(4.041)	(11.225)
Instrumentos financeiros	804	2.235	804	2.235
Outros	121	337	149	458
Total	(10.841)	(30.111)	3.819	10.653

10.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas e prejuízos fiscais e diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2025	33.640
2026	4.836
2027	4.836
2028	1.833
2029	1.833
2030 a 2035	6.204
Total	53.182

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	187.820	187.820	145.268	145.268
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(263)	(263)	(362)	(362)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	18.422	18.422	12.154	12.154
Juros sobre o capital próprio	(16.649)	(16.649)	(30.000)	(30.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(38.090)	(35.519)	2.181	(1.442)
Base de cálculo	151.240	153.812	129.240	125.618
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(13.612)	(38.453)	(11.632)	(31.404)
Provisão para riscos fiscais	(86)	(558)	134	(19)
Total	(13.698)	(39.011)	(11.497)	(31.424)
Corrente	(5.465)	(15.987)	(16.647)	(45.731)
Diferido	(8.233)	(23.024)	5.151	14.307

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 31.257 (R\$ 19.458 em 2023) refere-se a (i) diferenças temporárias R\$ 55.423 (R\$ 19.458 em 2023), compensado por (ii) bases negativas e prejuízos fiscais R\$ 24.166.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2022	140.488
Transferência - ativo contratual	35.391
Transferência - ativo intangível	86
Ajuste ao valor justo	7.214
Baixas	(67)
Saldo em 31/12/2023	183.111
Transferência - ativo contratual	60.780
Transferência - ativo intangível	(1.269)
Ajuste ao valor justo	10.133
Baixas	(2.821)
Saldo em 31/12/2024	249.935

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

Em 2024, o valor das baixas de R\$ 2.821 (R\$ 67 em 2023) refere-se: baixa do ativo de R\$ 1.790 (R\$ 12 em 2023) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 1.031 (R\$ 56 em 2023).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.752	1.373	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	4.960	4.837	-	-
Ordens em curso	5.314	6.315	-	-
Serviços prestados a terceiros	704	1.698	-	-
Despesas antecipadas	8.093	6.371	939	1.430
Contas a receber - CDE	34.062	19.614	-	-
Adiantamentos a funcionários	1.004	1.036	-	-
Arrendamentos e aluguéis	2.571	3.085	-	-
Outros	7.935	3.066	833	766
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(686)	(654)	-	-
Total	65.709	46.741	1.772	2.197

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

Despesas antecipadas: refere-se principalmente a antecipação de despesas com IPVA, licença de software e PROINFA.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.513 (R\$ 2.290 em 31 de dezembro de 2023), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 31.023 (R\$ 16.803 em 31 de dezembro de 2023) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 526 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2023) – (nota 23.3).

Outros: refere-se, principalmente ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2022	139.496
Adições	274.192
Transferência - Ativo intangível	(134.132)
Transferência - Ativo financeiro	(35.391)
Saldo em 31/12/2023	244.166
Adições	389.430
Transferência - Ativo intangível	(184.440)
Transferência - Ativo financeiro	(60.780)
Saldo em 31/12/2024	388.375

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço		
Saldo em 31/12/2022	1.030.671	54	1.030.726
Custo histórico	1.651.324	296	1.651.621
Amortização acumulada	(620.653)	(242)	(620.895)
Amortização	(71.470)	(45)	(71.515)
Transferência - ativo contratual	134.132	-	134.132
Transferência - ativo financeiro	(86)	-	(86)
Baixa e transferência - outros ativos	(13.625)	-	(13.625)
Saldo em 31/12/2023	1.079.622	10	1.079.632
Custo histórico	1.755.166	296	1.755.463
Amortização acumulada	(675.544)	(286)	(675.831)
Amortização	(78.288)	(10)	(78.299)
Transferência - ativo contratual	184.440	-	184.440
Transferência - ativo financeiro	1.269	-	1.269
Baixa e transferência - outros ativos	(11.540)	-	(11.540)
Saldo em 31/12/2024	1.175.503	-	1.175.503
Custo histórico	1.908.214	296	1.908.511
Amortização acumulada	(732.711)	(296)	(733.007)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2024 foram capitalizados R\$ 4.313 (R\$ 3.257 em 2023) a uma taxa média de 7,66% a.a. (7,38% a.a. em 2023) (nota 26).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-

se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2024 e 2023, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Encargos de serviço do sistema	2.425	3.769
Suprimento de energia elétrica	67.786	62.861
Encargos de uso da rede elétrica	31.329	33.003
Materiais e serviços	79.476	45.128
Energia livre	2.625	2.367
Total	<u>183.642</u>	<u>147.129</u>

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	389.938	-	(41.976)	34.292	-	(16.419)	365.835
Gastos com captação	(2.776)	-	-	453	-	-	(2.323)
Total moeda nacional	387.162	-	(41.976)	34.745	-	(16.419)	363.512
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	521.379	28.700	(65.865)	20.397	138.198	(19.391)	623.418
Euro	83.144	-	-	3.989	15.750	(3.314)	99.569
Marcação a mercado	(18.415)	-	-	1.725	-	-	(16.690)
Total moeda estrangeira	586.108	28.700	(65.865)	26.111	153.948	(22.705)	706.297
Total	973.270	28.700	(107.841)	60.856	153.948	(39.124)	1.069.809
Circulante	88.521						500.567
Não circulante	884.749						569.242

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	403.269	-	(31.805)	35.906	-	(17.432)	389.938
Gastos com captação	(3.229)	-	-	453	-	-	(2.776)
Total moeda nacional	400.040	-	(31.805)	36.359	-	(17.432)	387.162
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	366.420	232.049	(43.705)	15.326	(35.834)	(12.877)	521.379
Euro	-	81.564	-	2.471	(891)	-	83.144
Marcação a mercado	(30.858)	-	-	12.443	-	-	(18.415)
Total moeda estrangeira	335.562	313.613	(43.705)	30.240	(36.725)	(12.877)	586.108
Total	735.602	313.613	(75.509)	66.599	(36.725)	(30.309)	973.270
Circulante	77.398						88.521
Não circulante	658.204						884.749

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas

oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 16.690 (R\$ 18.415 em 31 de dezembro de 2023), que compensados com as perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 20.404 (R\$ 19.689 em 31 de dezembro de 2023), contratados para proteção da variação cambial (nota 30.b), geraram uma perda líquida não realizada de R\$ 3.714 (R\$ 1.274 em 31 de dezembro de 2023).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:¹

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%	365.835	389.938	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação		(2.323)	(2.776)		
Total moeda nacional		363.512	387.162		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + de 1,85% a 5,91%	623.418	521.379	2023 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	Euro + 4,2245%	99.569	83.144	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(16.690)	(18.415)		
Total moeda estrangeira		706.297	586.108		
Total		1.069.809	973.270		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 77,6% a 82,0% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	304.522
2027	42.647
2028	30.476
2029	18.110
2030	17.861
2031 a 2035	90.552
2036 a 2040	78.728
Subtotal	582.897
Marcação a mercado	(13.654)
Total	569.242

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023
IPCA	4,83	4,62	33,98	39,78
CDI	12,15	11,65	66,02	60,22
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Valor	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro / taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Estrangeira Emprestimos bancários (Lei 4.131)	28.700	Semestral	Parcela única em Fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 5,72%	CDI + 0,60%

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	96.005	300.000	(95.000)	11.293	(10.304)	301.994
Gastos com captação	(25)	(1.981)	-	117	-	(1.888)
Total ao custo	95.980	298.019	(95.000)	11.411	(10.304)	300.107
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	181.000	-	18.377	(5.958)	193.419
Marcação a mercado	-	-	-	(20.806)	-	(20.806)
Total ao valor justo	-	181.000	-	(2.429)	(5.958)	172.613
Total	95.980	479.019	(95.000)	8.981	(16.261)	472.720
Circulante	95.980					5.123
Não circulante	-					467.597
Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023	
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	192.494	(95.000)	18.326	(19.815)	96.005	
Gastos com captação	(84)	-	59	-	(25)	
Total ao custo	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980	
Total	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980	
Circulante	97.434				95.980	
Não circulante	94.975				-	

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures, e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 20.806, que reduzido das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 13.822, contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 6.984.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2024	31/12/2023	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,59% 107% do CDI	301.994	96.005	2024 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(1.888)	(25)		
Total mensuradas ao custo		300.107	95.980		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + 5,79%	193.419	-	2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(20.806)	-		
Total mensuradas ao valor justo		172.613	-		
Total		472.720	95.980		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo é de 105,1% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2030	118.301
2031 a 2035	370.102
Subtotal	488.403
Marcação a mercado	(20.806)
Total	467.597

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados em 2024	Liberado líquido dos gastos com emissão	Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual / taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda nacional								
4 ^a Emissão	181.000	181.000	181.000	Semestral	Parcela única - mar/31	Investimento	IPCA + 5,79%	CDI + 0,30%
5 ^a Emissão	300.000	300.000	298.019	Trimestral	05 Parcelas trimestrais - início em set/30	Capital de giro	CDI + 0,59%	Não se aplica

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente e apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Imposto de renda e contribuição social a recolher	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	18.681	6.337	6.335
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	6.827	734	894
Total	-	25.508	7.071	7.229

Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	6.005	25.506
Programa de integração social - PIS	1.290	1.452
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.013	6.722
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	1.121
Outros	4.913	3.021
Total	18.222	37.822

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	16.325	4.612	15.195	4.365
Cíveis	529	268	1.745	254
Fiscais	12.853	12.683	12.705	14.140
Regulatórios	3.384	-	3.058	-
Total	33.090	17.563	32.704	18.759

A movimentação das provisões, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	15.195	2.414	(273)	(2.230)	1.219	16.325
Cíveis	1.745	2.965	(202)	(4.125)	146	529
Fiscais	12.705	2.063	(2.548)	(817)	1.450	12.853
Regulatórios	3.058	-	-	-	325	3.384
Total	32.704	7.441	(3.024)	(7.172)	3.140	33.090

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo PIS e COFINS e ICMS.

- **Regulatórios:** os processos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	Principais causas
Trabalhistas	6.749	6.262	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	26.254	21.325	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	62.341	97.379	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	54.516	57.257	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	4.311	4.327	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	154.171	186.550	

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	27.416	17.717	-	-
Bônus Itaipu	8.602	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	6.312	3.453	2.704	2.346
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.285	8.461	877	2.327
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	2.444	3.099	-	-
Fundo de reversão	185	185	2.286	2.471
Adiantamentos	538	402	13	200
Folha de pagamento	838	921	-	-
Participação nos lucros	3.686	3.878	950	943
Convênios de arrecadação	5.297	4.304	-	-
Outros	17.703	3.369	1.208	1.194
Total	80.306	45.790	8.039	9.482

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Bônus Itaipu: refere-se ao valor recebido da Companhia Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) em decorrência do saldo anual superavitário da Conta Comercialização da Energia Elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu (Conta de Itaipu) referente ao ano 2023, que será repassado aos consumidores das classes residencial e rural que tiveram ao menos um mês de consumo inferior a 350 kWh no mesmo ano que houve superávit na Conta de Itaipu, por meio de aplicação da Tarifa Bônus definida pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da ANEEL. Em 2024, foi homologado por meio da REH nº. 3.420, e será repassado aos consumidores elegíveis nas faturas que serão emitidas a partir de janeiro de 2025.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de

dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se principalmente ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.13).

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	359.058.396	100,00

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

A dívida líquida da Companhia alcançou 4,03 vezes o EBITDA em 2024 (3,43 vezes em 2023), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Embora o índice de 2024 tenha ficado acima, isso não acarreta como consequência o vencimento antecipado de nenhuma dívida, nem prejuízos às operações da Companhia.

21.2 Capital social

Através da AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 33.820, decorrente destinação de parte do resultado apurado no exercício de 2023 sem emissão de novas ações.

21.3 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 303.697, que compreende: (i) Reserva legal R\$ 11.873, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 289.210, (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 14.962 e (iv) outras destinações R\$ 48.507.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

21.4 - Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000 declarados em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 29 de setembro de 2023 e 29 dezembro de 2023.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2024:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 16.649 (R\$ 14.152 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, aprovado em AGE de março e setembro;
- Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 15.440, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária em abril de 2025.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 12.920 referente a juros sobre capital próprio.

21.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido do exercício	135.111
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	1
Lucro líquido base para destinação	135.112
Reserva legal	(6.756)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(41.753)
Reserva de lucros a realizar	(6.007)
Outras destinações - proposta de aumento de capital	(48.507)
Juros sobre capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	(16.649)
Dividendo mínimo obrigatório	(15.440)

Considerando o elevado plano de investimento da Companhia para os próximos anos, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 41.753 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 6.007, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Além disso, a administração está propondo aos acionistas na próxima AGO/E que parte do resultado da Companhia seja destinado a aumento de capital ou outra forma conforme legislação societária no montante de R\$ 48.507.

Eventuais alterações nestas perspectivas que refletem em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2025, mediante aprovação da Administração.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	135.111	102.347
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	359.058.396	359.058.396
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	376,29	285,04

Nos exercícios de 2024 e 2023 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	460.487	448.798	1.015	948	820.444	691.295
Industrial	2.591	3.022	159	194	132.268	141.892
Comercial	25.971	26.453	282	290	248.341	227.204
Rural	19.808	20.011	282	249	195.106	159.258
Poderes públicos	4.574	4.420	77	71	63.490	53.478
Iluminação pública	575	563	118	121	56.609	52.257
Serviço público	788	753	100	105	75.381	70.501
Fornecimento faturado	514.794	504.020	2.032	1.978	1.591.639	1.395.885
Consumo próprio	109	111	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(22.652)	16.866
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(937.503)	(838.010)
Fornecimento de energia elétrica	514.903	504.131	2.034	1.980	631.484	574.741
Concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	23	53	24.770	43.421
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(18.516)	(25.495)
Energia elétrica de curto prazo	166	53	-	-	24.209	4.025
Suprimento de energia elétrica	189	107	2.034	1.980	30.463	21.951
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	956.019	863.505
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	368.039	294.171
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	-	-	-	-	(3.633)	(4.171)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	388.742	265.403
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	-	-	-	-	27.632	79.567
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	-	-	-	-	9.102	7.158
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários	-	-	-	-	143.801	116.128
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	35.505	34.291
Outras receitas operacionais	1.925.207	1.656.052	2.587.155	2.252.744		
Total da receita operacional bruta	2.587.155	2.252.744				
Deduções da receita operacional						
ICMS	(310.015)	(240.172)				
PIS	(30.395)	(27.990)				
COFINS	(139.328)	(128.960)				
ISS	(16)	(5)				
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(279.069)	(282.701)				
Programa de P & D e eficiência energética	(14.033)	(12.590)				
PROINFA	(12.892)	(12.878)				
Bandeiras tarifárias e outros	(3.440)	(4.778)				
Outros	(2.392)	(2.118)				
Receita operacional líquida	1.795.573	1.540.552				

23.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como

obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

23.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

- Em 2024, através da REH nº 3.311, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 7,02%, sendo 8,22% referente ao reajuste tarifário econômico e -1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 5,63%.
- Em 2023, através da REH nº 3.178, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 5,65%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,02%.

23.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2024, foi registrada receita de R\$ 143.801 (R\$ 116.128 em 2023), sendo (i) R\$ 14.265 (R\$ 13.881 em 2023) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 115.532 (R\$ 87.287 em 2023) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 5.971 de subvenção CCRBT (R\$ 10.928 em 2023) e (iv) R\$ 8.033 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022 (R\$ 4.032 em 2023).

23.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.305, de 14 de novembro de 2023, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A REH nº 3.426, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2024 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2024.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021. O Despacho nº 689 de 06 de março de 2024 homologou os valores revisados das quotas mensais da CDE Conta-Covid.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Conta-Covid e CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessas contas foram encerrados em setembro de 2024.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	490	501	112.500	108.231
PROINFA	46	46	17.985	21.374
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.030	1.906	451.802	362.532
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(53.580)	(45.083)
Subtotal	2.566	2.454	528.708	447.053
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			274.538	254.579
Encargos de transporte de itaipu			18.042	18.417
Encargos de conexão			9.861	7.463
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.387	17.495
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			8.601	7.740
Encargos de energia de reserva - EER			45.121	49.151
Crédito de PIS e COFINS			(33.348)	(32.820)
Subtotal		327.203	322.025	
Total		855.912	769.078	

(*) Conta de energia de reserva

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Outras despesas operacionais		Outros		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	50.141	54.279	-	-	7.339	7.648	17.847	18.956	-	-	75.327	80.883
Material	14.637	13.289	115	134	134	114	1.201	3.251	-	-	16.087	16.788
Serviços de terceiros	26.438	21.702	258	268	18.034	15.322	28.930	27.893	-	-	73.659	65.185
Custos com construção da infraestrutura			388.742	265.403	-	-	-	-	-	-	388.742	265.403
Outros	(251)	199	-	-	4.802	4.604	10.566	14.332	7.308	9.644	22.425	28.779
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	4.345	4.323	-	-	-	-	4.345	4.323
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	387	995	-	-	387	995
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.021	1.088	-	-	1.021	1.088
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	6.648	10.607	-	-	6.648	10.607
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.717	9.097	6.717	9.097
Outros	(251)	199	-	-	457	281	2.511	1.641	591	547	3.308	2.669
Total	90.964	89.470	389.115	265.806	30.309	27.688	58.544	64.432	7.308	9.644	576.240	457.040

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	13.644	19.725
Acréscimos e multas moratórias	19.467	15.268
Atualização de créditos fiscais	17.611	2.442
Atualização de depósitos judiciais	1.103	1.468
Atualizações monetárias e cambiais	2.556	4.540
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.577	775
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	4.140	5.606
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(2.654)	(1.538)
Outros	2.630	2.963
Total	60.074	51.249
Despesas		
Encargos de dívidas	(70.421)	(55.925)
Atualizações monetárias e cambiais	(64.658)	(81.252)
(-) Juros capitalizados	4.313	3.257
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(8.270)	(3.701)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(360)	(758)
Outros	(6.956)	(4.142)
Total	(146.352)	(142.520)
Resultado financeiro	(86.277)	(91.271)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,66% a.a. em 2024 (7,38% a.a. em 2023) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 98.047 (perda de R\$ 82.069 em 2023) (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços:** Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** A Companhia cobra

tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 2.470 (R\$ 3.798 em 2023). Este valor é composto por R\$ 2.130 (R\$ 3.358 em 2023) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 39 (R\$ 30 em 2023) de benefícios pós-emprego e R\$ 300 (R\$ 411 em 2023) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	432	660	1.748	1.754	-	-	15.416	17.176
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	1	-	848	283	248	102	255
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	29.592	12.920	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	60.475	49.905	21.130	7.216	25	6	23.823	23.129
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	238	44	274	329	2.251	2.552	4.922	4.653
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	100	138	-	-	1.059	899
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	20.275	19.721
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	257	254
Entidades sob o controle da CPFL Energia	16	13	7.248	1.944	6	6	-	-

A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 55.691 no exercício (R\$ 49.786 em 2023), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2024
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	156.000
Transporte	Transporte nacional e internacional	67.844
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	50.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	59.368
Garantia	Seguro Garantia	97.534
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		581.482

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extração do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extração dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extração do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extração de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos

indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2024, observou-se uma hidrologia desfavorável, especialmente na região sudeste/centro-oeste, com ocorrência de eventos extremos pontuais (cheias no Rio Grande do Sul e grandes períodos secos na região Norte do país). Contudo, devido à diversificação da matriz energética brasileira e grande participação de fontes renováveis, os principais reservatórios iniciaram 2025 em níveis confortáveis para geração de energia elétrica.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela

Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alcadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Expositiva	Categoria / Mensuração	Nível (*)	31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	43.125	43.125
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	211.769	211.769
Derivativos	30	(a)	Nível 2	92.568	92.568
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	249.935	249.935
Total				597.396	597.396
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	363.512	363.512
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	706.297	706.297
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	300.107	295.501
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	172.613	172.613
Derivativos	30	(a)	Nível 2	7.141	7.141
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	75.874	75.874
Total				1.625.544	1.620.938

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 19.081 em 2024 (uma perda R\$ 12.443 em 2023).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) Valor justo contra o resultado
- (b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) convênios de arrecadação;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo de arrendamento e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocial
	Ativo	Passivo	Valores a custo, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado			
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	81.602	-	81.602	101.706	(20.104)	US\$ + de 1,85% a 5,91%	CDI + 0,6% a CDI + 1,33%	Abr/24 a set/26
Empréstimos bancários - Lei 4.131	10.965	-	10.965	11.266	(300)	EUR + de 4,22%	CDI + 1,10%	mar/25
	92.568	-	92.568	112.972	(20.404)			506.224
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	-	(7.141)	(7.141)	6.681	(13.822)	IPCA + 5,79%	CDI + 0,30%	mar/31
	-	(7.141)	(7.141)	6.681	(13.822)			181.000
Total	92.568	(7.141)	85.427	119.653	(34.226)			
Circulante	72.356	-	-	-	-			
Não circulante	20.212	-	(7.141)	-	-			

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocial refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 31/12/2024
		Liquidação		
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	(38.084)	112.585	45.152	119.653
Marcação a mercado	(19.689)	(14.538)	-	(34.226)
Total	(57.773)	98.047	45.152	85.427
Ativo circulante	1.701			72.356
Ativo não circulante	3.438			20.212
Passivo não circulante	(62.912)			(7.141)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2024	2023
Variação de taxas de juros	1.766	-
Marcação a mercado	(13.823)	-
Variação cambial	110.819	(91.358)
Marcação a mercado	(715)	9.289
Total	98.047	(82.069)

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foi de R\$ 10.133 (R\$ 7.214 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 23.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(606.357)		(56.275)	109.383	275.041
Derivativos - swap plain vanilla	610.322		56.643	(110.098)	(276.839)
	3.965	baixa dólar	368	(715)	(1.798)
Instrumentos financeiros passivos	(99.940)		(11.192)	16.591	44.374
Derivativos - swap plain vanilla	100.060		11.206	(16.611)	(44.427)
	119	baixa euro	14	(20)	(53)
Total	4.084		382	(735)	(1.851)
Efeitos no resultado do exercício			382	(735)	(1.851)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar e R\$ 6,43 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 6,77 e R\$ 7,15 e a depreciação cambial de 9,28% e 11,20%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2024.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	250.537			38.608	48.260	57.911	
Instrumentos financeiros passivos	(301.994)			(46.537)	(58.172)	(69.806)	
Derivativos - swap plain vanilla	(806.840)			(124.334)	(155.417)	(186.501)	
Ativos e passivos financeiros setoriais	(75.874)			(11.692)	(14.615)	(17.538)	
	(934.172)	alta CDI/Selic	12,15%	15,41%	(143.955)	(179.944)	(215.934)
Instrumentos financeiros passivos	(538.448)			(45.391)	(56.739)	(68.087)	
Derivativos - swap plain vanilla	181.885			15.333	19.166	22.999	
Ativo financeiro da concessão	249.935			21.069	26.337	31.604	
	(106.629)	alta IPCA	4,83%	8,43%	(8.989)	(11.236)	(13.484)
Total	(1.040.800)				(152.944)	(191.180)	(229.418)
Efeitos no resultado do exercício					(152.944)	(191.180)	(229.418)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 30b). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	163.709	19.933	-	-	-	-	183.642
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	4.899	374.194	303.178	396.708	69.268	244.340	1.392.587
Derivativos	30	-	-	-	-	-	7.141	7.141
Debêntures - principal e encargos	17	-	21.176	45.016	105.841	91.626	534.941	798.600
Taxas regulamentares		1.399	-	-	-	-	-	1.399
Outros	20	13.709	27.653	2.582	2.286	-	-	46.229
Consumidores e concessionárias		5.090	22.326	-	-	-	-	27.416
Bônus Itaipu		8.602	-	-	-	-	-	8.602
EPE / FNDC / PROCEL		-	-	2.444	-	-	-	2.444
Convênio de arrecadação		-	5.297	-	-	-	-	5.297
Fundo de reversão		16	31	138	2.286	-	-	2.471
Total		183.715	442.956	350.776	504.836	160.894	786.422	2.429.599

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2024, um valor de R\$ 4.313 (R\$ 3.257 em 2023) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Ainda em 2024, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 33.820, decorrente de parte do resultado apurado no exercício de 2023, sem emissão de novas ações.

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 21 anos	293.961	622.897	546.926	2.498.853	3.962.638
Compra de energia de Itaipu	Até 21 anos	105.695	152.159	95.182	691.458	1.044.496
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 21 anos	340.938	674.275	649.739	5.053.387	6.718.339
Projetos de construção de subestações	Até 5 anos	93.142	108.300	68.656	-	270.098
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	69.530	90.225	15.033	-	174.788
Total		903.266	1.647.856	1.375.537	8.243.698	12.170.358

DIRETORIA

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Presidente

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores interino

JAIRO EDUARDO DE BARROS
ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

HONG ZHA
Diretora Administrativa

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Companhia Jaguari de Energia

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente*

Companhia Jaguari de Energia

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

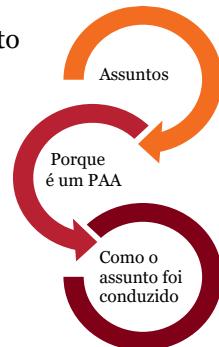
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.8 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2024 somava R\$ 74.274 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R\$ 249.935 mil, R\$ 388.376 mil e R\$ 1.175.502 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).

O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação.

Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalcamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.

Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Companhia Jaguari de Energia

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos



Companhia Jaguari de Energia

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Adriano Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA;78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 26 de fevereiro de 2025 | 12:13 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5

990108451FA5438..

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BAo29904/O-5

Demonstrações Contábeis Regulatória

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	791.853	538.763
Consumidores	6	233.508	242.090
Concessionárias e Permissionárias	6	4.625	1.967
Serviços em Curso		6.293	7.191
Tributos Compensáveis	7	71.631	21.290
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	84.714	122.674
Almoxarifado Operacional		4.416	4.083
Investimentos Temporários	8	216.729	22.772
Ativos Financeiros Setoriais	9	-	9.970
Despesas Pagas Antecipadamente		8.093	6.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	72.356	1.701
Outros Ativos Circulantes	11	46.363	28.341
Ativo Não Circulante		2.267.681	1.993.308
Consumidores	6	15.329	12.993
Tributos Compensáveis	7	36.229	25.104
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	-	24.632
Depósitos Judiciais e Cauções	17	17.563	18.759
Ativos Financeiros Setoriais	9	-	2.879
Despesas Pagas Antecipadamente		939	1.430
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	20.212	3.438
Outros Ativos Não Circulantes	11	27	27
Imobilizado	12	2.123.760	1.856.380
Intangível	12	53.621	47.667
Total do Ativo		3.059.534	2.532.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo Circulante		943.073	593.071
Fornecedores	13	183.642	147.129
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	506.129	185.051
Obrigações Sociais e Trabalhistas		10.958	10.962
Tributos	16	18.222	63.329
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	25	29.592	12.920
Encargos Setoriais	15	17.439	20.678
Passivos Financeiros Setoriais	9	64.017	20.919
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	53.508	106.358
Outros Passivos Circulantes	18	59.567	25.726
Passivo Não Circulante		1.387.440	1.294.052
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	1.037.198	885.044
Tributos	16	-	139
Provisão para Litígios	17	40.161	39.794
Encargos Setoriais	15	3.582	4.673
Tributos Diferidos	10	74.178	52.682
Passivos Financeiros Setoriais	9	11.857	3.420
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	7.141	62.912
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	15.261	41.988
Outros Passivos Não Circulantes	18	4.098	4.513
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	19	193.963	198.888
Total do Passivo		2.330.513	1.887.123
Patrimônio Líquido	20		
Capital Social		252.576	218.756
Reservas de Capital		6.071	6.071
Outros Resultados Abrangentes		157.242	174.067
Reservas de Lucros		255.191	200.675
Recursos Destinados a Aumento de Capital		48.507	33.820
Lucros Acumulados		9.435	11.559
Total do Patrimônio Líquido		729.021	644.948
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.059.534	2.532.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita			
Fornecimento de Energia Elétrica	21	2.158.783	1.951.623
Suprimento de Energia Elétrica		631.485	574.741
Energia Elétrica de Curto Prazo		6.254	17.925
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		24.209	4.025
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		1.324.059	1.157.676
Serviços Cobráveis		27.632	79.567
Doações, Contribuições e Subvenções		1.344	1.561
Vinculadas ao Serviço Concedido		143.801	116.128
Tributos		(477.787)	(396.639)
ICMS		(308.791)	(239.722)
PIS-PASEP		(30.135)	(27.990)
COFINS		(138.856)	(128.923)
ISS		(5)	(5)
Encargos - Parcela "A"		(311.828)	(315.133)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(7.017)	(6.295)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(7.017)	(6.295)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(279.069)	(282.701)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(2.392)	(2.185)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA		(12.892)	(12.878)
Outros Encargos		(3.440)	(4.778)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		1.369.168	1.239.851
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	22	(855.912)	(769.078)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(528.708)	(447.053)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(327.203)	(322.025)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		513.256	470.772
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(268.514)	(261.853)
Pessoal e Administradores	23	(75.327)	(80.845)
Material		(16.087)	(16.788)
Serviços de Terceiros		(73.659)	(65.185)
Arrendamento e Aluguéis		(1.009)	(1.610)
Seguros		(463)	(467)
Doações, Contribuições e Subvenções		(23)	(13)
Provisões		(7.648)	(9.965)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.896)	(6.019)
(-) Recuperação de Despesas		2.553	2.101
Tributos		(852)	(825)
Depreciação e Amortização		(90.286)	(87.182)
Depreciação		(86.945)	(83.145)
Amortização		(3.341)	(4.037)
Gastos Diversos		(17.033)	(15.670)
Outras Receitas Operacionais		37.996	34.665
Outras Despesas Operacionais		(15.780)	(14.048)
Resultado da Atividade		244.742	208.919
Resultado Financeiro	24	(86.277)	(91.271)
Receitas Financeiras		177.203	87.974
Despesas Financeiras		(263.480)	(179.245)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		158.465	117.649
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(42.303)	(33.607)
Resultado Líquido do Exercício		116.162	84.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício	116.162	84.042
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Constituição de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	218
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	218
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	116.162	84.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	116.162	84.042
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	3.341	4.037
Depreciação	86.945	83.145
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	13.846	13.752
Imposto de renda e Contribuição social	42.303	33.607
Juros e variações monetárias	116.139	127.300
Obrigações pós-emprego	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	10.896	6.019
Provisões para litígios	8.674	9.955
Outros	622	615
	398.928	362.472
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(7.307)	(64.160)
Depósitos vinculados a litígios	2.299	7.067
Tributos compensáveis	9.808	59.274
Repasso do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(14.447)	(5.911)
Ativos financeiros setoriais	6.722	(7.410)
Outros ativos operacionais	5.529	10.178
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	(4.266)	3.476
Fornecedores	36.513	21.761
Passivos financeiros setoriais	(25.483)	(71.441)
Obrigações pós-emprego	-	-
Salários e encargos sociais	188	912
Tributos e contribuição social	1.875	12.817
Provisões para litígios pagos	(7.172)	(12.430)
Repasso para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(37)	37
Outros passivos operacionais	23.860	(10.569)
	427.010	306.073
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		
Encargos de dívidas pagos	(55.385)	(50.124)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.852)	(37.943)
	300.773	218.006
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(393.080)	(287.560)
Participação financeira do consumidor	8.454	16.877
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(775.944)	(61.375)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	585.804	44.176
	(574.765)	(287.881)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	507.719	313.613
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(202.841)	(170.509)
Liquidação de operações com derivativos	(45.152)	(39.705)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(12.920)	(38.432)
	246.806	64.967
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(27.186)	(4.908)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	70.311	75.219
No fim do exercício	43.125	70.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Outros		Reserva de lucros			Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
			Reserva de Reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Outras destinações		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	170.413	6.086	192.082	34.083	172.162	4.230	-	11.631	590.688
Resultado abrangente total									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	84.042	84.042
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(18.232)	-	-	-	-	18.232	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	218	-	-	-	-	-	218
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	48.343	-	-	(34.083)	(14.260)	-	-	-	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(15)	-	-	-	-	-	15	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	5.117	-	-	-	(5.117)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	28.701	-	-	(28.701)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	4.724	-	(4.724)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	-	33.820	(33.820)	-
Transações de capital com os acionistas							-	-	
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	218.756	6.071	174.067	5.117	186.604	8.954	33.820	11.559	644.948
Resultado abrangente total									
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	116.162	116.162
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	-	-	(16.825)	-	-	-	-	16.825	-
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital - AGE de 25/04/2024	33.820	-	-	-	-	-	(33.820)	-	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(1)	-	-	-	-	-	1	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	6.756	-	-	-	(6.756)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	41.753	-	-	(41.753)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	6.007	-	(6.007)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	-	48.507	(48.507)	-
Transações de capital com os acionistas							-	-	
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	-	-	-	-	-	-	-	(16.649)	(16.649)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(15.440)	(15.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	252.576	6.071	157.242	11.873	228.356	14.962	48.507	9.435	729.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais – A CPFL Santa Cruz atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. Em 2024, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 515 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná. O volume de energia vendida pela Companhia, em termos percentuais, corresponde a 0,6% de participação no mercado nacional.

Além disso, as vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,2% em relação ao exercício de 2023. Destaca-se a classe residencial, que registrou um aumento de 7,1%, refletindo maiores temperaturas registradas no período, a melhora da massa de renda real, e o incremento de unidades consumidoras em 2024 quando comparado ao ano de 2023. Apesar disso, tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD. Em contrapartida, a classe industrial registrou uma redução de 17,9%, devido à migração de clientes cativos para o mercado livre e a classe comercial apresentou uma redução de 2,8%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Companhia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 83,3, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, resultado 5,1 pontos (ou 6,6%) acima do resultado de 2023. É o melhor resultado do Brasil entre as distribuidoras com mais de 500 mil unidades consumidoras, sendo que a média nacional foi de 68,9 pontos.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

Perfil – A CPFL Santa Cruz distribui energia elétrica para aproximadamente 1,1 milhão de pessoas, numa área que abrange 46 municípios, sendo 40 localizados no estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná. Atende atualmente 0,5 milhão de consumidores cativos e 286 consumidores livres. Em 2024, a Concessionária distribuiu 2.055 GWh ao mercado cativo e 1.402 GWh ao mercado livre (com Uso D).

Ligação de consumidores – No ano de 2024, o mercado cativo teve 10.774 unidades consumidoras a mais que em 2023. As novas unidades consumidoras concentram-se principalmente na classe residencial (11.689 a mais em relação ao ano de 2023). Na classe comercial houve uma redução de 482 unidades consumidoras, a classe industrial teve uma redução de 431 unidades consumidoras e a classe rural apresentou redução de 203 unidades consumidoras em relação à quantidade faturada de 2023.

A seguir são apresentados os resultados sobre a quantidade de consumidores faturados e sua variação no período:

Classe	Número de Consumidores				
	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	419.006	431.718	441.765	448.798	460.487
Industrial	3.175	3.062	2.957	3.022	2.591
Comercial	23.578	23.044	26.098	26.453	25.971
Rural	24.450	24.079	20.109	20.011	19.808
Poderes Públicos	4.056	4.145	4.224	4.420	4.574
Iluminação Pública	508	533	550	563	575
Serviço Público	717	726	734	753	788
Total	475.490	487.307	496.437	504.020	514.794
Variação	2,1%	2,5%	1,9%	1,5%	2,1%

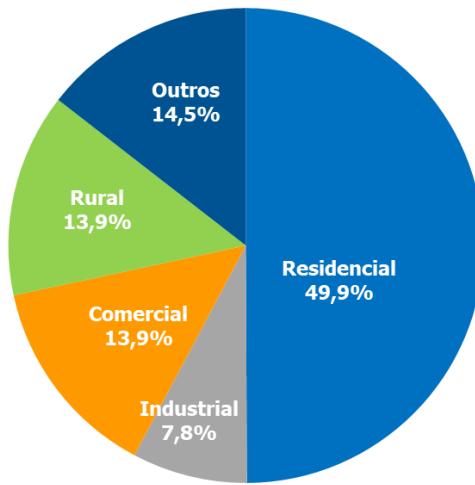
Comportamento do mercado – A distribuição de energia da CPFL Santa Cruz, no período de janeiro a dezembro de 2024, totalizou 3.456 GWh, representando um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período de 2023, sendo 2.055 GWh para o mercado cativo (2.031 GWh em 2023), 1.259 GWh para o mercado livre (1.099 GWh em 2023) e 142 GWh como Uso D (86 GWh em 2023).

Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que levou a um crescimento de 18,4% nesse mercado. No mercado cativo, a classe residencial apresentou crescimento de 7,1%, devido à melhora da massa de renda, maiores temperaturas registradas, e o incremento de unidades consumidoras em 2024 quando comparado ao ano de 2023. As classes industrial e comercial tiveram retração de 17,9% e 2,8%, respectivamente, devido ao incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre. A classe rural apresentou desempenho positivo de 13,3% em relação ao ano de 2023, devido à baixa pluviometria quando comparado ao ano de 2023. A classe poder público apresentou desempenho positivo de 8,0% em relação a 2023 devido às maiores temperaturas registradas e ao incremento de unidades consumidoras em 2024, se comparado ao ano de 2023.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh	Mercado Atendido				
	2020	2021	2022	2023	2024
Energia Faturada	2.236	2.188	2.057	2.031	2.055
Fornecimento	2.057	2.015	1.982	1.978	2.032
<i>Residencial</i>	870	889	894	948	1.015
<i>Industrial</i>	279	237	215	194	159
<i>Comercial</i>	297	286	296	290	282
<i>Rural</i>	322	311	279	249	282
<i>Poderes Públicos</i>	50	55	65	71	77
<i>Iluminação Pública</i>	128	125	123	121	118
<i>Serviço Público</i>	110	113	110	105	100
Suprimento p/ agentes de distribuição	179	173	74	53	23
Uso da Rede de Distribuição	834	1.009	1.124	1.184	1.402
<i>Consumidores Livres/Dist./Ger.</i>	834	1.009	1.124	1.184	1.402
<i>Consumidores Rede Básica</i>	-	-	-	-	-
Total	3.070	3.197	3.180	3.215	3.457
Variação	0,2%	4,1%	-0,5%	1,1%	7,5%

Mercado Cativo Atendido
Consumo por classe de consumidores | 2024



Perdas – O Plano de Perdas da CPFL Santa Cruz tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores Clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

Além disto, a CPFL Santa Cruz está focando na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as inspeções com equipamentos mais precisos, como fiber scope e ADR. Entre os anos de 2023 e 2024, as perdas reais foram de 10,21% e 9,30%, respectivamente, considerando perdas na rede básica. Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2022 e 2023, foram de 7,83% e 6,86%, respectivamente.

Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2024 recuperou 20,3 GWh, através de inspeções em 10,3 mil unidades consumidoras, recorte de 0,4 mil instalações inativas religadas à rede, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a CPFL Santa Cruz regularizou mais de 230 consumidores clandestinos, além de blindar 0,2 mil 200 consumidores em baixa tensão e mais de 60 em média tensão.

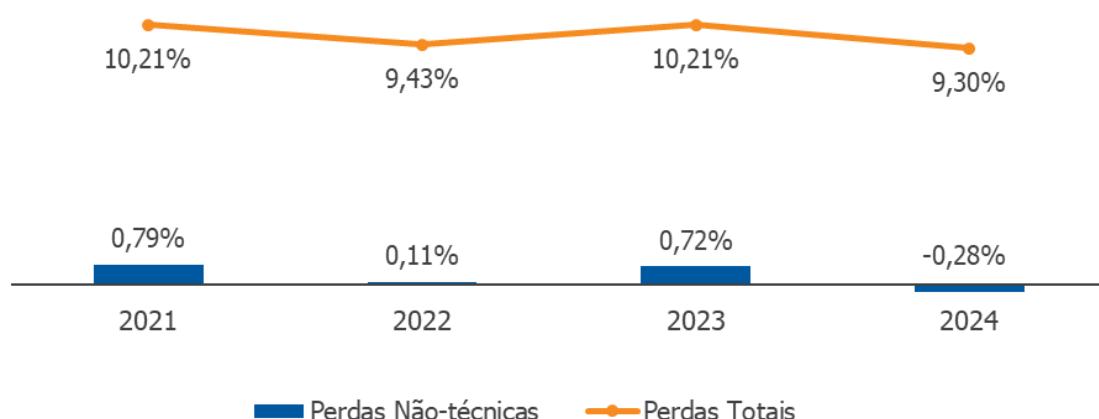
Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, além da inserção das energias de MMGD, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

Balanço Energético					
Energia Requerida	2020	2021	2022	2023	2024
Venda de Energia	2.261	2.190	2.046	2.033	2.039
Fornecimento	2.081	2.017	1.865	1.877	1.933
Suprimento p/ agentes de distribuição ¹	179	173	181	156	106
Consumidores Livres/Dist./Ger.	853	1.016	1.150	1.229	1.436
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	3.113	3.206	3.196	3.262	3.475
Perdas na Rede Básica	103	93	88	94	100
Perdas na Distribuição	269	271	245	277	256
Perdas Técnicas	242	243	241	251	267
Perdas não Técnicas - PNT	27	28	4	26	-11
PNT / Energia Requerida %	0,77%	0,79%	0,11%	0,72%	-0,28%
Perdas Totais - PT	371	364	333	371	356
PT / Energia Requerida %	10,66%	10,21%	9,43%	10,21%	9,30%
Total	3.485	3.571	3.529	3.633	3.831
Perdas na D	7,94%	7,80%	7,11%	7,83%	6,86%

Nota: (1) Energia faturada de suprimento conforme critério utilizado para o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP).

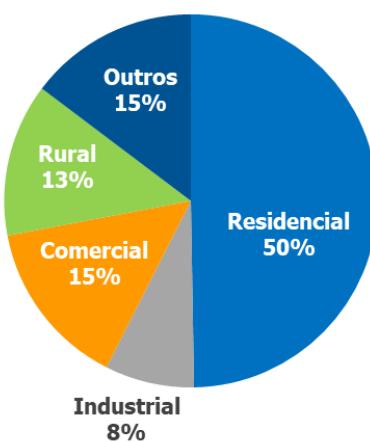
Obs.: Os números das linhas de Venda de Energia e de Consumidores Livres divergem dos apresentados na tabela Mercado Atendido por estarem na “visão carga”; os clientes do grupo A são faturados no mês seguinte ao consumo. Anos marcados por temperaturas mais amenas que os anteriores impactam a carga e deixam mais evidentes descolamentos de faturamento. Com isso, as perdas verificadas na distribuição no ano tendem a ser menores do que as técnicas. Este é um movimento natural e temporal, podendo ser mais explícito, porém não impactando o ciclo tarifário



Receita – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 1.308 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida por classe de consumidores R\$ mil			
Classe	2024	2023	%
Residencial	657.781	562.098	17,0%
Industrial	102.283	111.271	-8,1%
Comercial	192.494	179.133	7,5%
Rural	175.595	143.909	22,0%
Outros	180.327	184.147	-2,1%
Total	1.308.479	1.180.558	10,8%

Receita líquida por classe de consumidores | 2024



Número de consumidores – O número de consumidores em dezembro de 2024 apresentou um crescimento de 2,1% sobre o mesmo mês de 2023, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2024	2023	%
Residencial	460.487	448.798	2,6%
Industrial	2.591	3.022	-14,3%
Comercial	25.971	26.453	-1,8%
Rural	19.808	20.011	-1,0%
Outros	5.937	5.736	3,5%
Total	514.794	504.020	2,1%

Tarifas – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2024, atingiu R\$ 643,91/MWh, com um aumento de 9,1% em relação a 2023.

Em 19 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.311, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CPFL Santa Cruz, em vigor desde 22 de março de 2024, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 7,02%, sendo 8,22% relativos ao Repositionamento Tarifário Econômico e -1,20% referentes aos componentes financeiros externos ao Repositionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 6,72% e da Parcela B de 1,50%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 5,63%, sendo de 3,57%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,83%, em

média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/MWh
Residencial	648,34
Industrial	641,92
Comercial	683,41
Rural	622,63
Outros	612,36
Tarifa Média	643,91

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item “Comportamento de Mercado”.

Tarifa por faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas R\$	689,47	761,86	840,82

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Santa Cruz, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 91 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

Qualidade do fornecimento – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC Horas	FEC Interrupções
2020	4,89	3,68
2021	5,66	4,21
2022	4,74	3,22
2023	5,04	3,22
2024	4,84	3,05

*Consideramos o valor das empresas agrupadas para todos os períodos demonstrados na tabela.

Atendimento ao consumidor – A CPFL Santa Cruz, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão da CPFL Santa Cruz, composta de 45 municípios, e dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos

serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, resarcimento de danos, bem como pelo relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Como resultado dessa intensa interação com o consumidor e com presença em todos os municípios da área de concessão da CPFL Santa Cruz, no ano de 2023, houve negociações de débitos de irregularidades de anos anteriores em torno de R\$ 39 mil.

Na CPFL Santa Cruz, essa estrutura é composta por 2 agências de atendimento, 184 imobiliárias e 48 credenciados rede fácil, responsáveis por 1,72 milhão de serviços gerados nos atendimentos em 2024.

Além das Agências de Atendimento presencial e credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionar com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento.

Dados de atendimento da CPFL Santa Cruz:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 1,4 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 805,6 mil/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL: 3,4 milhões de atendimentos realizados;
- Aplicativo CPFL Energia: 3,0 milhões de atendimentos realizados;
- WhatsApp: 683,3 mil atendimentos realizados;
- SMS: 65,8 mil mensagens recebidas;
- E-mail: 5,0 mil atendimentos realizados;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais: 341,9 mil atendimentos realizados;
- Mídias Sociais (Facebook, Reclame Aqui e Consumidor.gov): 6,5 mil atendimentos realizados.

Tecnologia da informação – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2024, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) ADR; (ii) CP18 - Resolução 1000; (iii) GD - Geração Distribuída; (iv) Gestão de Contratos EGEC; (v) MDM Livres; (vi) Modernização Projetos Particulares; (vii) Modernização de Canais Digitais; (viii) Nota Fiscal Eletrônica; (ix) Programa de Automatização - Despacho Dinâmico de Serviços; (x) Programa Gestão de RH; (xi) Solução Fiscal;

Desempenho econômico-financeiro – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2024, a CPFL Santa Cruz alcançou receita líquida de R\$ 1.369 milhões, um aumento de 10,4% (R\$ 129 milhões), principalmente em decorrência das seguintes variações:

(i) aumento de 14,4% (R\$ 166 milhões) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; (ii) aumento de 9,9% (R\$ 57 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (iii) aumento de 23,8% (R\$ 28 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido; (iv) aumento de R\$ 20 milhões na energia elétrica de curto prazo; e (v) redução de 1,0% (R\$ 3 milhões) em encargos de parcela A; Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (vi) aumento de 20,4% (R\$ 81 milhões) nos tributos; (vii) redução de 65,3% (R\$ 52 milhões) nos ativos e passivos financeiros setoriais; (viii) redução de 65,1% (R\$ 12 milhões) no suprimento de energia elétrica e (ix)

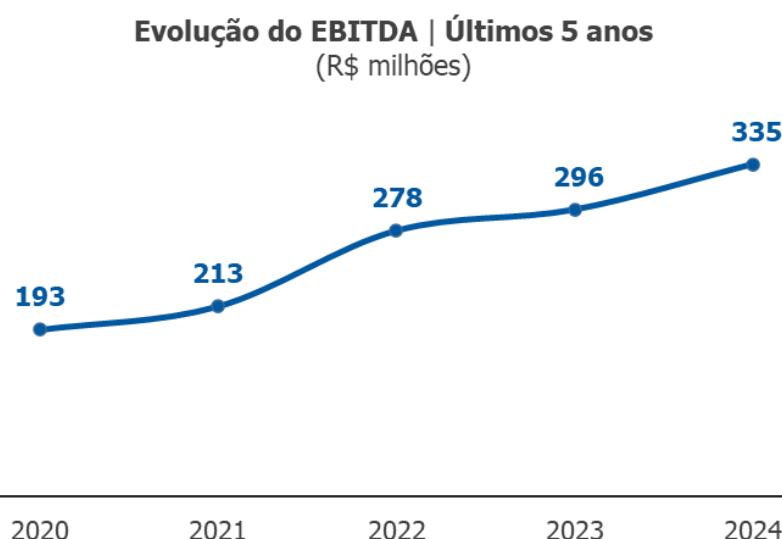
redução de 13,9% (R\$ 0,2 milhão) nos serviços cobráveis.

Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve um aumento de 11,3% (R\$ 87 milhões), devido ao aumento de 18,3% (R\$ 82 milhões) na energia elétrica comprada para revenda e aumento de 1,6% (R\$ 5 milhões) no encargo de transmissão, conexão e distribuição.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2024 foram de R\$ 269 milhões, um aumento de 2,5% (R\$ 7 milhões).

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
Em R\$ mil	2024	2023
Resultado Líquido	116.162	84.042
Depreciação e Amortização	90.286	87.182
Resultado Financeiro	86.277	91.271
Impostos Sobre o Lucro	42.303	33.607
EBITDA	335.028	296.102

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 335 milhões em 2024, um aumento de 13,1% (R\$ 39 milhões), em relação a 2023. Segue abaixo o gráfico da evolução do EBITDA:



Em 2024, a CPFL Santa Cruz apurou um Resultado Financeiro negativo (despesa financeira líquida) de R\$ 86 milhões, uma redução de 5,5% (R\$ 5 milhões). A Receita Financeira foi de R\$ 177 milhões, um aumento de 101,4% (R\$ 89 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 263 milhões, um aumento de 47,0% (R\$ 84 milhões).

Em 2024, a CPFL Santa Cruz apurou Resultado Líquido de R\$ 116 milhões, um aumento de 38,2% (R\$ 32 milhões).

Investimentos - Em 2024, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Santa Cruz, totalizaram R\$ 231 milhões, um aumento de 27,7% em relação à 2023. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.739 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

Evolução e Projeção dos Investimentos

Plano de Desenvolvimento de Distribuição R\$ Mil	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AIS Bruto	191.183	180.672	230.688	522.104	151.918	225.808	299.731	539.116
Transformador de Distribuição	27.959	26.211	23.679	7.563	7.957	8.362	8.810	9.292
Medidor	6.308	6.365	8.625	8.389	8.245	8.671	8.934	8.285
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	44.977	38.506	40.407	27.537	25.480	26.060	27.307	27.416
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	89.953	77.012	80.814	204.229	98.151	93.637	95.792	279.402
Redes Alta Tensão (69 kV)	2.513	101	27.266	44.031	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	543	101	4.072	-	1.508	1.508	1.508
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	3.822	5.424	3.357	32.344	-	9.474	-	2.995
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	343	10.311	13.181	-	-	-	-	26.066
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	1.178	405	6.635	193.940	12.086	78.096	157.379	184.152
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	214	98	8.443	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	13.915	15.695	18.181	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(15.251)	(18.214)	(9.560)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(15.251)	(18.214)	(9.560)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Ultrapassagem de demanda</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Excedente de reativos</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Diferença das perdas regulatórias</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Outros</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2024R	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P
Plano de Investimentos 2023	230.688	522.104	151.918	225.808	299.731	539.116
<hr/>						
R\$ Mil	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P	
Plano de Investimentos 2022	261.559	461.482	153.797	204.416	592.641	
Diferença	-11,8%	13,1%	-1,2%	10,5%	-49,4%	

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2024 e de 2023 da CPFL Santa Cruz, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2024 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

Captações de recursos – Para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captações sob amparo da Lei 4.131 (R\$ 28,7 milhões) e realizou emissão de debêntures (R\$ 481 milhões), também para reforço de caixa e para viabilizar o programa de investimentos.

Valor adicionado – Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Santa Cruz foi de R\$ 1.109 milhões, representando 51% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

R\$ mil	2024	%
Pessoal e Encargos	77.279	7,0%
Remuneração direta	46.447	4,2%
Benefícios	27.295	2,5%
F.G.T.S.	3.537	0,3%
Impostos, taxas e contribuições	745.840	67,3%
Federais	434.899	39,2%
Estaduais	310.670	28,0%
Municipais	271	0,0%
Remuneração de capital de terceiros	150.674	13,6%
Juros	150.259	13,6%
Aluguéis	415	0,0%
Remuneração de capital próprio	135.111	12,2%
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	16.649	1,5%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	15.440	1,4%
Lucros retidos	103.022	9,3%
Total	1.108.902	100,0%

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2024 foi de R\$ 2.158.783 mil.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 25 de abril de 2024, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de (i) juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 30.000 mil, declarados em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 29 de setembro de 2023 e 29 de dezembro de 2023.

Foram aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs), no exercício de 2024, as declarações de juros sobre capital próprio, no montante total de R\$ 16.649 mil (R\$ 14.152 mil líquido do IRRF), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2024, e de dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 15.440 mil.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 12.920 mil referente a juros sobre capital próprio.

Composição acionária – A CPFL Santa Cruz é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da CPFL Santa Cruz era de R\$ 252.576 mil, composto por 359.058.396 ações ordinárias nominais sem valor nominal.

Planejamento empresarial – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico e para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o

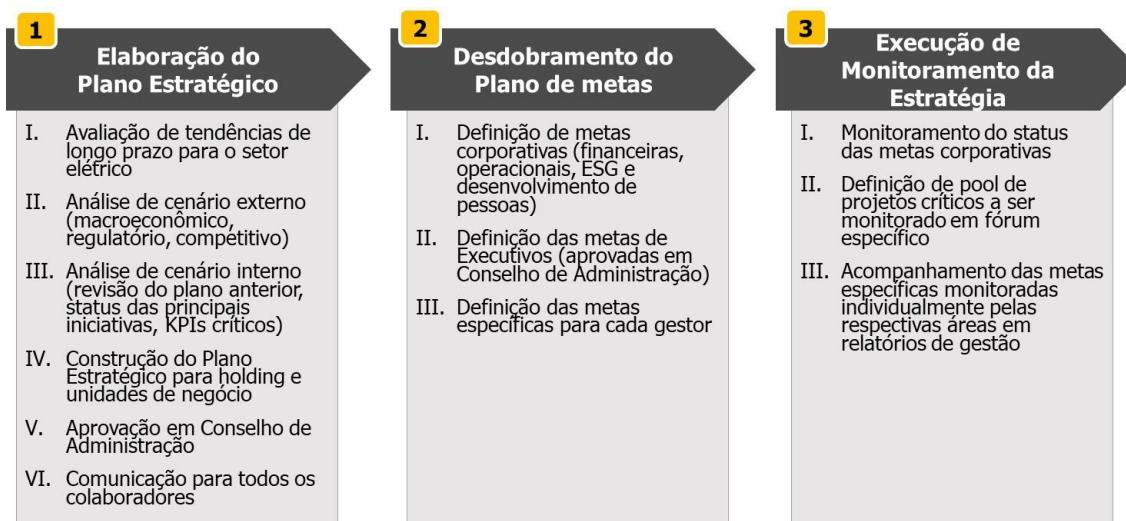
desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i. Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos, integrado com o *Roadmap* Tecnológico da empresa;
- ii. Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii. Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv. Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);

- iv. Cenário Regulatório e Institucional (ex: temas regulatórios como Renovação das concessões, liberalização do mercado, reforma tributária);
- v. Mudanças climáticas (ex: aumento do número de eventos climáticos extremos no mundo e no brasil, assim como seus impactos para o setor elétrico).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, nossas pessoas, qualidade no atendimento ao cliente, eficiência operacional, inovação e crescimento, mudanças climáticas e regulação) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (*Balanced ScoreCard*), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico;
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos

negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e monitoramento das metas dos Vice-Presidentes e Diretores), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Sistemas de Gestão e programas da qualidade – Em 2024, as atividades compreenderam:

- Manutenção da certificação dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho). Adicionalmente, a CPFL Santa Cruz participou do escopo de manutenção da certificação da CPFL Holding na norma ISO27001 (Segurança da Informação) e manutenção da certificação da ISO37001 (Gestão Antissuborno);
- Das 25 Estações Avançadas do grupo CPFL Santa Cruz, 23 unidades participaram do programa Colaborativo, representando 100% de adesão ao programa. As EAs obtiveram resultado médio de 89,38% nas avaliações dos pilares referente aos temas de Utilização, Organização e segurança, Limpeza e economia, Disciplina. Destas 25 localidades operacionais que participaram, 24 obtiveram avaliações superior à média que corresponde a cerca de 96%;
- Prêmio ABRADEE 2024: Campeã nas categorias “Melhor Desempenho Nacional”, “Avaliação pelo Cliente”, Melhor Desempenho Sudeste” e “Melhor Desempenho Nacional”. Finalista nas categorias “ASG”, “Qualidade da Gestão, e “Gestão Operacional”;
- Melhores em Gestão FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: A CPFL Santa Cruz foi reconhecida na categoria “Ouro”.

Recursos humanos – Em 2024, a CPFL Santa Cruz investiu cerca de R\$ 1,2 milhão em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

Uma das dimensões do “Nosso Jeito de Ser”, nosso direcionador de comportamento é aprender com a jornada e ser o protagonista do seu desenvolvimento e nós aqui na Universidade CPFL atuamos como facilitadores deste movimento, incentivando o colaborador a assumir e buscar caminhos para cada vez mais evoluir em sua própria carreira. Realizamos isso por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades técnicas e comportamentais, emocionais e sociais. Hoje ofertamos em nossa plataforma de aprendizagem (Success) o Guia de autodesenvolvimento que compõe cursos de Habilidades técnicas e comportamentais; palestras ao vivo com especialistas em temas técnicos e comportamentais, parceria com Instituições Nacionais, Unicast (Podcast) além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas ações permeiam a frente das quatro escolas de ensino da Universidade CPFL: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2024, tivemos **+ de 4 mil participações** em treinamentos, com **36,6 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade – A CPFL Santa Cruz mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, que abrange todos os seus negócios, com foco em quatro pilares – Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O Plano ESG 2030 é

desdobrado em 24 compromissos públicos em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Santa Cruz em números:

Atendimento	2024	2023	%
Número de consumidores	514.794	504.020	2,1%
Número de empregados ¹	54	54	0,0%
Número de consumidores por empregado	9.535	9.336	2,1%
Número de localidades atendidas	46	46	0,0%
Número de agências	2	2	0,0%
Número de postos de atendimento	49	50	-2,0%

Nota: (1) Número de empregados = número de atendentes agência + 1 atendente por rede fácil.

Operacionais	2024	2023	%
Número de subestações	74	73	1,4%
Linhas de transmissão (Km)	527	526	0,2%
Linhas de distribuição (Km)	24.338	24.093	1,0%

Mercado	2024	2023	%
Área de concessão (Km ²)	20.250	20.250	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	601	597	0,7%
Mercado atendido (GWh)	3.457	3.215	7,5%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.203	2.111	4,3%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):			
Total (exceto curto prazo)	650,94	596,86	9,1%
<i>Residencial</i>	648,34	593,18	9,3%
<i>Industrial</i>	641,92	573,02	12,0%
<i>Comercial</i>	683,41	618,07	10,6%
<i>Rural</i>	622,63	578,01	7,7%
<i>Outros</i>	660,82	619,24	6,7%
DEC (horas)	4,84	5,04	-4,0%
FEC (número de interrupções)	3,05	3,22	-5,3%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	57,38	73,27	-21,7%

Financeiros	2024	2023	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	2.158.783	1.951.623	10,6%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.369.168	1.239.851	10,4%
Resultado da atividade (R\$ mil)	244.742	208.919	17,1%
Margem operacional do serviço líquida (%)	17,9%	16,9%	6,1%
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	335.028	296.102	13,1%
Lucro líquido (R\$ mil)	116.162	84.042	38,2%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	729.021	644.948	13,0%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	15,9%	13,0%	22,3%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	1.457.901	1.127.868	29,3%
Em moeda nacional (%)	57,4%	42,9%	33,8%
Em moeda estrangeira (%)	42,6%	57,1%	-25,4%

Agradecimentos – Registrarmos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Santa Cruz. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Santa Cruz.

Jaguariúna, 28 de abril de 2025.

A Administração.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 515 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar

que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-parte da potência da usina.

1.2 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias, o capital circulante líquido negativo de R\$ 151.220 (R\$ 54.308 em 31 de dezembro de 2023), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa para quitar suas dívidas, bem como as projeções de fluxos de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

1.3 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Iniciativas específicas

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL possui um documento que tem como objetivo estabelecer e regulamentar as principais diretrizes de gestão de crise, incluindo o acionamento do Grupo de Crise, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como avaliação da ocorrência e classificação de sua gravidade. Este grupo é responsável pela avaliação dos eventos anormais (“ocorrências”), monitoramento de fatores de risco e gestão das ações endereçadas para situações de crise. A composição é feita por membros permanentes e ad hoc que compõem os times estratégico e de apoio técnico-operacional. Os membros ad hoc e demais áreas acessórias poderão ser acionadas pontualmente para compor o Grupo, de acordo com a natureza e criticidade do evento.

O primeiro passo para gerenciar a ocorrência é classificar sua natureza e, se caracterizado como crise, o seu nível de gravidade. Ou seja, entender qual é a intensidade com que as consequências e a repercussão dos fatos podem atingir a Companhia e, por fim, os públicos de seu relacionamento.

Para determinar o nível de gravidade, são analisadas as características da ocorrência, considerando o impacto nas pessoas, nas comunidades, no meio ambiente, na área financeira, na segurança patrimonial e nas operações da Companhia.

Para todos os casos, considera-se também a abrangência da repercussão da ocorrência na opinião pública

e stakeholders, o que inclui os veículos de comunicação conhecidos: jornais, revistas, rádios, televisões, portais de internet, agências de notícias, blogs, redes sociais e outros.

A extensão da ocorrência e a sua gravidade devem também ser avaliadas, considerando a abrangência do assunto do ponto de vista de localização geográfica. Pela complexidade das operações da CPFL Energia, as emergências ou crises podem ter diferentes níveis de abrangência.

Além das respostas técnicas, a CPFL se mobiliza para oferecer suporte tanto às comunidades afetadas quanto aos seus colaboradores, podendo incluir doações de suprimentos e recursos financeiros, dentre outras ações.

Por exemplo, no evento climático extremo ocorrido recentemente no Rio Grande do Sul, a CPFL implementou medidas em colaboração com outras instituições para a reconstrução das áreas afetadas e restauração de serviços essenciais. Essas ações refletem o compromisso da CPFL com a mitigação de crises, resiliência frente a desastres e o apoio contínuo às comunidades impactadas, garantindo que as operações da Companhia voltem à normalidade de forma eficiente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.6 Base de preparação:

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedural; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (ii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 31, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 28 de abril de 2025.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.7 Base de mensuração:

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros

não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 28 de Instrumentos financeiros, e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

2.8 Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Tributos diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Outros ativos circulantes e não circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos e debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, e
- Nota 28 – Instrumentos financeiros: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações

constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2024 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrupa mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

3.3 Intangível:

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão:

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória:

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social (nota 31.3.1).

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada cinco anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia considera o processo de Revisão Tarifária Periódica, na data-base de 30 de setembro de 2020, que foi aprovado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.837 de 16 de março de 2021, portanto a Companhia reconheceu a referida reavaliação nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2021. O registro da reavaliação considerou a atualização monetária pelo IPCA da data-base de 01 de outubro de 2020 até 31 de março de 2021.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 28) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada.

Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	9.317	11.039
Equivalentes de caixa	33.808	59.272
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	745	817
Títulos de crédito privado (b)	16.592	46.042
Fundos de investimento (c)	16.470	12.413
Total	43.125	70.311

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração equivalente na média de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (15% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 16.592 (R\$ 22.673 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) operações compromissadas em debêntures (R\$ R\$ 23.369 em 31 de dezembro de 2023), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 98,11% do CDI (101,89% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023) tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados						Total em 31/12/2024	Total em 31/12/2023
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas				Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos					
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos			
Fornecimento de Energia	153.742	62.323	7.095	2.019	6.279	(8.960)	2.271	7.530	1.146	2.166	(3.417)	232.195	238.387	
Residencial	40.901	37.741	2.732	101	2.359	(4.989)	876	881	707	468	(1.841)	79.935	76.313	
Industrial	8.048	5.616	753	891	1.186	(1.017)	834	917	252	843	(914)	17.410	11.930	
Comercial	10.648	6.148	648	185	447	(788)	175	800	86	129	(475)	18.003	16.726	
Rural	8.720	4.236	550	-	220	(335)	100	138	57	127	(158)	13.654	10.931	
Poderes Públicos	2.224	2.671	564	86	1.705	(1.549)	101	629	44	-	(7)	6.467	8.099	
Iluminação Pública	4.906	944	113	-	295	(178)	-	-	-	-	(5)	6.073	8.694	
Serviço Público	4.570	4.872	1.714	756	64	(105)	185	4.164	-	599	(16)	16.804	13.070	
Serviço Taxado	56	97	22	1	3	-	-	-	-	-	-	179	301	
Fornecimento Não Faturado	74.274	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.274	92.672	
(-) Arrecadação Processo Classif.	(604)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(604)	(348)	
Encargos Tarifários	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	
Outros consumidores	16.639	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.639	16.693	
Consumidores	170.385	62.323	7.095	2.019	6.279	(8.960)	2.271	7.530	1.146	2.166	(3.417)	248.837	255.083	
Suprimento Energia - Moeda Nacional	1.277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.277	1.472	
Energia Elétrica de Curto Prazo	3.347	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.347	494	
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
Concessionárias e permissionárias	4.625	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.625	1.967	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	175.009	62.323	7.095	2.019	6.279	(8.960)	2.271	7.530	1.146	2.166	(3.417)	253.462	257.050	
												Circulante	238.133	244.057
												Não Circulante	15.329	12.993
												253.462	257.050	

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 28 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2022	(14.389)
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.968)
Recuperação de receita	3.878
Baixa de contas a receber provisionadas	10.093
Saldo em 31/12/2023	(10.387)
Provisão revertida (constituída) líquida	(17.589)
Recuperação de receita	6.725
Baixa de contas a receber provisionadas	8.874
Saldo em 31/12/2024	(12.377)

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	47.051	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	3.120	1.153
ICMS a compensar	19.478	16.779
Programa de integração social - PIS	218	536
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.765	2.821
Total	71.631	21.290
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	1.973	-
Imposto de renda a compensar - IRPJ	5.413	-
ICMS a compensar	28.843	25.104
Total	36.229	25.104

Imposto de renda e contribuição social a compensar no circulante: refere-se principalmente a constituição de crédito de imposto de renda e contribuição social pago a maior.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativo intangível e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: refere-se ao reconhecimento do crédito gerado sobre a atualização financeira de repetição de indébito. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu que o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito). A Companhia havia impetrado ação judicial em julho de 2021, resguardando assim seu direito de recuperar os montantes tributados a maior nos últimos 5 anos. Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil resposta à Solução de Consulta por ela previamente apresentada, que tem relação como tema, tornando-se neste momento possível o reconhecimento do crédito no montante de R\$ 7.386.

7.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	15.111	21.882
COFINS sobre ICMS	69.603	100.792
Total circulante	84.714	122.674
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	-	4.394
COFINS sobre ICMS	-	20.238
Total não circulante	-	24.632
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	53.508	106.358
Total circulante	53.508	106.358
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	15.261	41.988
Total não circulante	15.261	41.988

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a “CPFL Santa Cruz” os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R\$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial foi totalmente utilizado até o ano de 2023.

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 203.418, sendo que em março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 135.567) e março de 2023 (R\$ 48.449) e março de 2024 R\$ 839 de acréscimo (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores finalizou, ou seja, todo o crédito de PIS e COFINS foi repassado aos consumidores nos reajustes tarifários em relação a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105.

A CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” incorporou em dezembro de 2017 a empresa “Companhia de Força e Luz Santa Cruz”, e consequentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia. Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro

de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 129.374.

Em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, em fevereiro de 2024 as compensações foram iniciadas. Com isso, no reajuste tarifário de março de 2024 foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de (R\$ 79.852) (nota 9), restando assim no passivo com consumidores, o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 68.769.

Ainda sobre esse assunto, em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 28.718 foi recolhido em fevereiro de 2024. Posteriormente, tais valores foram abatidos do repasse ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual – RTA.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2024, até dezembro de 2024 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 77.423, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 84.714.

Foi publicada a Lei n. 14.385 em 28 de junho de 2022, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

8. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação direta (a)	4.960	4.837
Através de fundos de investimentos (b)	211.769	17.935
Total	216.729	22.772

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cuja remuneração média era equivalente à 100% do CDI.
- (b) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,50% do CDI (100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Perdas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
CVA Ativa (a)	72.606	(1.385)	(517)	(2)	(70.699)	-
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(22.877)	245	(709)	127	23.217	-
Custo de Energia Itaipu	14.004	97	328	(15)	(14.414)	-
Proinfa	-	(753)	(15)	-	768	-
Transporte de Rede Básica	50.970	(594)	1.199	-	(51.575)	-
Transporte de Energia - Itaipu	5.215	-	121	-	(5.335)	-
ESS/EER	23.029	(186)	481	(112)	(23.212)	-
CDE	2.266	(194)	(1.922)	(2)	(148)	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)	(59.756)	(28.314)	(5.607)	6.747	86.932	-
Neutralidade da Parcela A	(19.472)	(10.973)	(843)	1.096	30.192	-
Sobrecontratação de Energia	1.719	(6)	70	-	(1.782)	-
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	(10.171)	-	(105)	555	9.721	-
Bandeira Faturada	(1)	(8.218)	-	-	8.220	-
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-	-	-
Outros	(31.831)	(9.117)	(4.729)	5.096	40.581	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	12.849	(29.701)	(6.126)	6.745	16.233	-

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento (c)		Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
							CDE Eletrobrás	Transferências					
CVA Passiva (a)	(13.629)	35.294	(39.338)	5.133	(99)	-	(8.871)	70.699	49.188	13.156	36.032	41.190	7.998
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(14.896)	(3.526)	33.870	(1.440)	(413)	-	-	(23.217)	(9.622)	(5.795)	(3.827)	(8.772)	(850)
Custo de Energia Itaipu	12.957	27.199	(24.782)	1.086	359	-	-	14.414	31.233	3.597	27.636	25.100	6.133
Proinfa	(308)	-	973	(39)	(9)	-	-	(768)	(152)	(152)	-	(152)	-
Transporte de Rede Básica	8.467	14.789	(52.104)	4.058	269	-	-	51.575	27.054	11.040	16.014	23.499	3.555
Transporte de Energia - Itaipu	428	154	(4.708)	440	12	-	-	5.335	1.660	1.376	284	1.597	63
ESS/EER	(14.318)	5.171	(4.648)	1.912	(407)	-	-	23.212	10.923	5.979	4.944	9.824	1.099
CDE	(5.960)	(8.493)	12.061	(884)	90	-	(8.871)	148	(11.909)	(2.890)	(9.019)	(9.908)	(2.001)
Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)	(10.709)	(69.644)	124.378	(3.138)	-	(79.013)	-	(86.932)	(125.059)	(38.395)	(86.664)	(105.206)	(19.853)
Neutralidade da Parcela A	(4.786)	(9.253)	20.752	(489)	-	-	-	(30.192)	(23.968)	(4.694)	(19.274)	(19.690)	(4.278)
Sobrecontratação de Energia	3.385	(2.616)	(4.762)	(580)	-	-	-	1.782	(2.791)	405	(3.196)	(2.082)	(709)
Devolução Tarifárias	9.016	(18.422)	(2.095)	(337)	-	-	-	(9.721)	(21.559)	(6.768)	(14.791)	(17.657)	(3.902)
Bandeira Faturada	-	6.615	-	-	-	-	-	(8.220)	(1.605)	(1.605)	-	(1.249)	(356)
Devolução crédito de PIS e COFINS	(10.751)	-	71.813	-	-	(79.013)	-	-	(17.951)	(17.951)	-	(17.951)	-
Outros	(7.574)	(45.968)	38.670	(1.732)	-	-	-	(40.581)	(57.185)	(7.782)	(49.403)	(46.577)	(10.608)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(24.339)	(34.351)	85.038	1.996	(99)	(79.013)	(8.871)	(16.233)	(75.874)	(25.239)	(50.635)	(64.017)	(11.857)

(a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22 de março de 2023 a 21 de março de 2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da CVA foi iniciada em 22 de março de 2024, logo após o final da vigência da Revisão Tarifária de março de 2024, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

- **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Diferimento de Reposição na Revisão Tarifaria Periódica e Devolução Tarifária:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores. O principal item é a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que passará a ser amortizado parte a partir da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica e outra parte a partir do próximo reajuste tarifário.
- **Devolução do crédito de PIS e COFINS:** conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.311 relativa ao RTA de 2024, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2024 (nota 7.1).
- **Outros:** refere-se principalmente ao risco hidrológico, CDE Escassez, entre outro.

(c) Recebimento

- **CDE Eletrobrás:** conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2024 ocorreu em abril e foi homologado pelo Despacho nº 1.239 de 23 abril de 2024.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Bases negativas/Prejuízos Fiscais	6.426	17.740	-	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(4.591)	(12.750)	9.779	27.210
Provisões para litígios	2.893	8.035	2.843	7.896
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.176	3.266	994	2.760
Programas de P&D e eficiência energética	1.177	3.269	1.151	3.198
Provisão relacionada a pessoal	302	840	294	815
Derivativos	(10.769)	(29.913)	3.428	9.521
Marcação a Mercado - Derivativos	1.208	3.355	1.775	4.930
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.502)	(4.172)	(1.657)	(4.604)
Outros	925	2.571	953	2.693
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado	(21.442)	(59.561)	(23.738)	(65.934)
Reavaliação regulatória compulsória	(21.442)	(59.561)	(23.738)	(65.934)
Total	(19.607)	(54.571)	(13.958)	(38.724)

10.1 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos e débitos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes dos valores ativos de bases negativas e prejuízos fiscais e diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	
2025	33.640
2026	4.836
2027	4.836
2028	1.833
2029	5.852
2030 a 2035	2.186
Total	53.182

10.2 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	158.465	158.465	117.649	117.649
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	(16.649)	(16.649)	(30.000)	(30.000)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(263)	(263)	(362)	(362)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	18.422	18.422	12.154	12.154
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(37.446)	(34.874)	2.066	(1.557)
Base de cálculo	122.530	125.101	101.506	97.883
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(11.028)	(31.275)	(9.136)	(24.471)
Corrente	(5.378)	(15.429)	(16.782)	(45.712)
Diferido	(5.650)	(15.846)	7.647	21.240

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

	2024		2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Reserva de Reavaliação	(25.493)	(25.493)	(27.295)	(27.295)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação	2.294	6.374	2.456	6.824
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	2.294	6.374	2.456	6.824

11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - Vivest	1.752	1.373	-	-
Serviços prestados a terceiros	704	1.698	-	-
Contas a receber - CDE	34.084	19.637	-	-
Adiantamentos a funcionários	1.004	1.036	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	2.571	3.085	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(686)	(654)	-	-
Outros	6.935	2.167	27	27
Total	46.363	28.341	27	27

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.513 (R\$ 2.290 em 31 de dezembro de 2023), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 31.023 (R\$ 16.803 em 31 de dezembro de 2023) (nota 21.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 526 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2023) e (iv) Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica a receber R\$ 22 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2023).

Outros: refere-se, principalmente, aos contratos de direito de uso (arrendamento) da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”):

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
Saldo em 31/12/2022	(726)
Provisão revertida (constituída) líquida	72
Saldo em 31/12/2023	(654)
Provisão revertida (constituída) líquida	(32)
Saldo em 31/12/2024	(686)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,96%	2.962.876	(1.215.699)	1.747.177	1.621.456
Custo Histórico		2.147.311	(681.894)	1.465.417	1.308.940
Correção Monetária Especial		11.940	(11.685)	255	259
Reavaliação		803.625	(522.120)	281.505	312.257
Administração	9,38%	29.415	(16.025)	13.390	11.473
Custo Histórico		23.715	(13.828)	9.887	7.717
Correção Monetária Especial		480	(354)	126	126
Reavaliação		5.220	(1.843)	3.377	3.630
Subtotal		2.992.291	(1.231.724)	1.760.567	1.632.928
Em Curso					
Distribuição		342.842	-	342.842	196.089
Administração		20.351	-	20.351	27.362
Subtotal		363.193	-	363.193	223.451
Total		3.355.484	(1.231.724)	2.123.760	1.856.380

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	13,86%	40.384	(23.792)	16.592	11.745
Custo Histórico		23.020	(10.929)	12.091	6.938
Reavaliação		17.364	(12.863)	4.501	4.807
Administração	19,01%	89.415	(84.160)	5.255	7.238
Custo Histórico		61.018	(55.881)	5.137	7.067
Reavaliação		28.397	(28.279)	118	171
Subtotal		129.799	(107.952)	21.847	18.983
Em Curso					
Distribuição		18.118	-	18.118	21.250
Administração		13.656	-	13.656	7.434
Subtotal		31.774	-	31.774	28.684
Total		161.573	(107.952)	53.621	47.667

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	2.775.481	417	(57.880)	244.820	38	2.962.876	187.357	(1.215.699)	1.747.177	1.621.456
Terrenos	16.780	-	-	138	-	16.918	138	-	16.918	16.780
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	38.909	417	(342)	3.056	37	42.077	3.131	(20.704)	21.373	19.189
Máquinas e Equipamentos	2.693.721	-	(54.960)	230.688	1	2.869.450	175.728	(1.174.985)	1.694.465	1.578.257
Veículos	23.319	-	(2.578)	10.885	-	31.626	8.307	(18.198)	13.428	6.125
Móveis e Utensílios	2.752	-	-	53	-	2.805	53	(1.812)	993	1.105
Administração	29.427	-	(3.731)	3.756	(37)	29.415	25	(16.025)	13.390	11.473
Terrenos	4.472	-	-	-	-	4.472	-	-	4.472	4.472
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	5.289	-	-	-	(37)	5.252	-	(3.678)	1.574	1.726
Máquinas e Equipamentos	17.486	-	(3.684)	2.837	-	16.639	(847)	(11.069)	5.570	4.162
Veículos	1.060	-	(47)	565	-	1.578	518	(777)	801	388
Móveis e Utensílios	1.120	-	-	354	-	1.474	354	(501)	973	725
Subtotal	2.804.908	417	(61.611)	248.576	1	2.992.291	187.382	(1.231.724)	1.760.567	1.632.928
 Ativo Imobilizado em Curso	 Valor Bruto em 31/12/2023	 Adições (A)	 Baixas (B)	 Transferências (C)	 Reclassif.	 Valor Bruto em 31/12/2024	 Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	 Depreciação Acumulada	 Valor Líquido em 31/12/2024	 Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	196.089	371.373	-	(228.960)	4.340	342.842	142.413	-	342.842	196.089
Máquinas e Equipamentos	130.155	320.832	-	(216.031)	4.340	239.296	104.801	-	239.296	130.155
Outros	65.934	50.541	-	(12.929)	-	103.546	37.612	-	103.546	65.934
Administração	27.362	16.790	-	(19.460)	(4.341)	20.351	(2.670)	-	20.351	27.362
Máquinas e Equipamentos	10.659	3.300	-	(2.881)	(4.341)	6.737	419	-	6.737	10.659
Outros	16.703	13.490	-	(16.579)	-	13.614	(3.089)	-	13.614	16.703
Subtotal	223.451	388.163	-	(248.420)	(1)	363.193	139.743	-	363.193	223.451
Total do Ativo Imobilizado	3.028.359	388.580	(61.611)	156	-	3.355.484	327.125	(1.231.724)	2.123.760	1.856.380

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2024	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Imobilizado em Curso	208.622	148.190	13.185	4.308	492	13.481	388.278
Terrenos	-	388	-	91	-	4.766	5.245
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	8	4.671	-	-	-	-	4.679
Máquinas e Equipamentos	197.558	103.367	10.924	3.620	461	8.203	324.133
Veículos	8.266	111	-	-	-	-	8.377
Móveis e Utensílios	434	-	-	-	-	-	434
A Ratear	1.326	39.653	2.261	597	31	512	44.380
P&D	1.030	-	-	-	-	-	1.030
Outros - Estoque	-	-	-	-	-	(66)	(66)
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	(477)	(477)
Material em Depósito	-	-	-	-	-	(406)	(406)
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	284	284
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	533	533
Total das Adições	208.622	148.190	13.185	4.308	492	13.415	388.212

A movimentação da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2023	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)
AIS Bruto	2.693.721	(54.959)	230.688	1	2.869.450	175.728
Transformador de Distribuição	388.395	(8.596)	23.679	-	403.477	15.082
Medidor	176.046	(6.099)	8.625	-	178.572	2.526
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	480.822	(6.024)	40.407	(25)	515.180	34.383
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	961.645	(12.049)	80.814	(50)	1.030.360	68.765
Redes Alta Tensão (69 kV)	90.392	(169)	27.266	-	117.489	27.097
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	15.271	(88)	101	-	15.284	13
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	90.936	(738)	3.357	260	93.814	2.618
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	76.872	(2.246)	13.181	830	88.637	10.935
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	227.382	(630)	6.635	223	233.610	6.005
Subestações Alta Tensão (primário >= 230 kV)	12.483	(4)	8.443	199	21.121	8.439
Demais Máquinas e Equipamentos	173.477	(18.316)	18.181	(1.436)	171.906	(135)

A composição do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço								
Distribuição	34.954	-	5.430	40.384	5.430	(23.792)	16.592	11.745
Serviços	7.398	-	5.586	12.984	5.586	-	12.984	7.399
Softwares	16.480	-	-	16.480	-	(16.375)	105	253
Outros	11.076	-	(156)	10.920	(156)	(7.417)	3.503	4.093
Administração	88.641	-	774	89.415	774	(84.160)	5.255	7.238
Softwares	87.099	-	774	87.873	774	(83.041)	4.832	6.662
Outros	1.542	-	-	1.542	-	(1.119)	423	576
Subtotal	123.595	-	6.204	129.799	6.204	(107.952)	21.847	18.983
Ativo Intangível em Curso								
Distribuição	21.249	2.601	(5.732)	18.118	(3.131)	-	18.118	21.250
Serviços	20.802	2.356	(5.586)	17.572	(3.230)	-	17.572	20.802
Outros	447	245	(146)	546	99	-	546	448
Administração	7.434	6.850	(628)	13.656	6.222	-	13.656	7.434
Outros	7.434	6.850	(628)	13.656	6.222	-	13.656	7.434
Subtotal	28.683	9.451	(6.360)	31.774	3.091	-	31.774	28.684
Total do Ativo Intangível	152.278	9.451	(156)	161.573	9.295	(107.952)	53.621	47.667

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução da ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Administração central	
Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de Uso da Rede Elétrica	32.581	35.966
Encargos de Conexão	1.173	806
Suprimento de Energia Elétrica	67.786	62.861
Materiais e serviços	79.476	45.128
Outros	2.625	2.367
Total	183.642	147.129

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Abertura de Endividamento Total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim-piente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistêmática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total	
																2026	2027	2028	2029	2030	2031+		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.999	448.491	248.807	706.297													248.807	-	-	-	-	-	248.807
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	375	52.085	-	52.459	Sim	28/02/2020	Aval/Fiança	US\$	2,07%	fev-25	Semestral	fev-25	fev-25	Amortização: 03 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	845	-	167.487	168.332	Sim	24/09/2021	Aval/Fiança	US\$	1,85%	mar-25	Semestral	set-26	set-26	Amortização: Parcela única em fevereiro de 2025	Bullet (final)	167.487	-	-	-	-	-	167.487	
Lei 4131 - Sumitomo	913	108.274	-	109.187	Sim	11/03/2022	Aval/Fiança	US\$	2,74%	mar-25	Semestral	mar-25	mar-25	Amortização: Parcela única em março de 2025	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	1.683	-	94.974	96.657	Sim	24/02/2023	Aval/Fiança	US\$	5,91%	fev-25	Semestral	fev-26	fev-26	Amortização: Parcela única em fevereiro de 2026	Bullet (final)	94.974	-	-	-	-	-	94.974	
Lei 4131 - BNP Paribas	3.146	96.423	-	99.569	Sim	14/04/2023	Aval/Fiança	Euro	4,22%	mar-25	Semestral	mar-25	mar-25	Amortização: Parcela única em março de 2025	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	1.993	185.769	-	187.762	Sim	10/04/2023	Aval/Fiança	US\$	5,07%	abr-25	Semestral	dez-25	dez-25	Amortização: Parcela única em dezembro de 2025	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	
Lei 4131 - JP Morgan	46	8.976	-	9.021	Sim	29/02/2024	Aval/Fiança	US\$ Outro,	5,72%	fev-25	Trimestral	fev-25	fev-25	Amortização: Parcela única em fevereiro de 2025	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	
Marcação a mercado	-	(3.036)	(13.654)	(16.690)	Sim	31/12/2024	Não há especificar em obs.	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	set-26	-	Outro, especif. no cronograma	(13.654)	-	-	-	-	-	-	(13.654)	
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	5.747	42.891	788.391	837.030												42.400	42.253	30.058	17.872	137.827	517.981	788.391	
4ª Emissão - CPJG14	3.128	-	190.291	193.419	Sim	26/02/2024	Aval/Fiança	IPCA + 5,79%	mar-25	Semestral	mar-31	mar-31	Amortização: Parcela única em março de 2031	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	190.291		
BNDES- FINEM 18/19	161	24.732	61.830	86.723	Sim	28/12/2018	Aval/Fiança	Pré	4,80%	jan-25	Mensal	jan-25	jun-28	Indexador: TLP. Durante o período de carência: pagamento de Juros-trimestral	SAC	24.732	24.732	12.366	-	-	-	61.830	
BNDES- FINEM 20/21	463	18.173	260.476	279.112	Sim	05/06/2020	Aval/Fiança	Selic	4,27%	jan-25	Trimestral	jan-25	abr-40	Mensal após 07/23	Outro, especificar em obs.	18.173	18.173	18.173	18.173	18.173	169.612	260.476	
4ª Emissão - CPJG14	1.994	-	300.000	301.994	Sim	18/09/2024	Aval/Fiança	Selic	CDI + 0,59%	mar-25	Trimestral	set-30	set-31	Amortização: 5 Parcelas - Set/30, Dez/30, Mar/31, Jun/31 e Set/31	SAC	-	-	-	-	120.000	180.000	300.000	
Marcação a mercado	-	-	(20.806)	(20.806)	Sim	31/12/2024	Não há especificar em obs.	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	mar-31	-	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	(20.806)		
Arrendamento mercantil	-	439	359	798	Sim	31/12/2024	Não há especificar em obs.	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	fev-29	-	Outro, especif. no cronograma	169	84	61	45	-	-	359		
Gastos com captação de empréstimos	-	(453)	(1.870)	(2.323)	Sim	31/12/2024	Não há especificar em obs.	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	abr-40	-	Outro, especif. no cronograma	(391)	(453)	(258)	(62)	(644)	(1.870)	-		
Gastos com captação debêntures	-	-	(1.888)	(1.888)	Sim	31/12/2024	Não há especificar em obs.	0,00%	jan-25	N.A.	jan-25	set-31	-	Outro, especif. no cronograma	(283)	(283)	(283)	(283)	(472)	(1.888)	-		
Total por Dívida:	14.746	491.383	1.037.198	1.543.327																			
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.999	448.491	248.807	706.297																			
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	5.747	42.891	788.392	837.030																			

14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistêmática Amortização	Cronograma de Amortização			2026	20212	Total	
												2026	2027	2028				
Ativos Financeiros	332.210	20.212	352.422													20.212	20.212	
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	43.125	-	43.125															
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	216.729	-	216.729															
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	14.634	-	14.634	CDI	0,80%	fev-25	Semestral	fev-25	fev-25	Amortização: 2023, 2024 e 2025	Bullet (final)	-	-	-				
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	-	8.197	8.197	CDI	1,29%	mar-25	Semestral	set-26	set-26	Amortização: Parcela única em setembro de 2026	Outro, especificar em obs.	8.197	8.197	-				
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Sumitomo	16.075	-	16.075	CDI	1,25%	mar-25	Semestral	mar-25	mar-25	Amortização: Parcela única em março de 2025	Bullet (final)	-	-	-				
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	-	12.015	12.015	CDI	1,33%	fev-25	Semestral	fev-26	fev-26	Amortização: Parcela única em fevereiro de 2026	Bullet (final)	12.015	12.015	-				
SWAP VINCULADO À DÍVIDA BNP Paribas	10.965	-	10.965	CDI	1,10%	mar-25	Semestral	mar-25	mar-25	Amortização: Parcela única em março de 2024	Bullet (final)	-	-	-				
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	28.917	-	28.917	CDI	1,20%	abr-25	Semestral	dez-25	dez-25	Amortização: Parcela única em abril de 2024	Bullet (final)	-	-	-				
SWAP VINCULADO À DÍVIDA JP Morgan	1.764	-	1.764	CDI	0,60%	fev-25	Semestral	fev-25	fev-25	Amortização: Parcela única em abril de 2024	Outro, especif. no cronograma	-	-	-				

14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci-mento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	fev-20	fev-25	USD+2,437% a.a.	100%CDI+0,8%	36.000	14.634
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	set-21	set-26	USD+2,18% a.a.	100%CDI+1,29%	142.000	8.197
Swap - Lei 4131	Sumitomo	mar-22	mar-25	USD+3,1257%	100%CDI+1,25%	89.000	16.075
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	fev-23	fev-26	USD+5,91%	100%CDI+1,33%	80.000	12.015
Swap - Lei 4131	BNP Paribas	abr-23	mar-25	EUR+4,2245%	100%CDI+1,10%	81.564	10.965
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	abr-23	dez-25	USD+5,0683%	100%CDI+1,20%	152.049	28.917
Swap - Lei 4131	Banco Itaú	fev-24	mar-31	IPCA+5,79%	100%CDI+0,30%	181.000	(7.141)
Swap - Lei 4131	JP Morgan	fev-24	fev-25	USD+5,72%	100%CDI+0,60%	7.175	1.764
Total						768.788	85.427

(*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2024	31/12/2023
(+) Dívida Bruta	14.746	498.523	1.037.198	1.550.468	1.133.007
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.999	448.491	248.807	706.297	586.108
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	5.747	42.891	788.392	837.030	483.987
Derivativos a pagar	-	7.141	-	7.141	62.912
(-) Ativos Financeiros	-	(332.211)	(20.212)	(352.422)	(98.222)
Alta Liquidez	-	(43.125)	-	(43.125)	(70.311)
Demais Aplicações Financeiras	-	(216.729)	-	(216.729)	(22.772)
Derivativos a receber	-	(72.356)	(20.212)	(92.568)	(5.139)
(+) Dívida Líquida	14.746	166.312	1.016.987	1.198.045	1.034.785

14.5 Movimentação dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	389.938	-	(41.976)	34.292	-	(16.419)	365.835
Gastos com captação	(2.776)	-	-	453	-	-	(2.323)
Total moeda nacional	387.162	-	(41.976)	34.745	-	(16.419)	363.512
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	521.379	28.700	(65.865)	20.397	138.198	(19.391)	623.418
Euro	83.144	-	-	3.989	15.750	(3.314)	99.569
Marcação a mercado	(18.415)	-	-	1.725	-	-	(16.690)
Total moeda estrangeira	586.108	28.700	(65.865)	26.111	153.948	(22.705)	706.297
Arrendamento	845	431	(372)	(105)	-	-	798
Total	974.115	29.131	(108.213)	60.750	153.948	(39.124)	1.070.607
Circulante	89.071						501.006
Não circulante	885.045						569.601

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	403.269	-	(31.805)	35.906	-	(17.432)	389.938
Gastos com captação	(3.229)	-	-	452	-	-	(2.776)
Total moeda nacional	400.040	-	(31.805)	36.358	-	(17.432)	387.162
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	366.420	232.049	(43.705)	15.326	(35.834)	(12.877)	521.379
Euro	-	81.564	-	2.471	(891)	-	83.144
Marcação a mercado	(30.858)	-	-	12.443	-	-	(18.415)
Total moeda estrangeira	335.562	313.613	(43.705)	30.240	(36.725)	(12.877)	586.108
Arrendamento	812	347	(27)	(287)	-	-	845
Total	736.414	313.960	(75.537)	66.311	(36.725)	(30.309)	974.115
Circulante	77.955						89.071
Não circulante	658.459						885.045

14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societárias. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	96.005	300.000	(95.000)	11.293	(10.304)	301.994
Gastos com captação	(25)	(1.981)	-	117	-	(1.888)
Total ao custo	95.980	298.019	(95.000)	11.411	(10.304)	300.107
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	-	181.000	-	18.377	(5.958)	193.419
Marcação a mercado	-	-	-	(20.806)	-	(20.806)
Total ao valor justo	-	181.000	-	(2.429)	(5.958)	172.613
Total	95.980	479.019	(95.000)	8.981	(16.261)	472.720
Circulante	95.980					5.123
Não circulante	-					467.597
 Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	192.494	(95.000)	18.326	(19.815)	96.005	
Gastos com captação	(84)	-	59	-	(25)	
Total ao custo	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980	
Total	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980	
Circulante	97.434					95.980
Não circulante	94.975					-

14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente e apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

15. ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	203	184	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.193	5.478	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	3	3	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	4.882	6.717	877	2.327
Recurso a serem recolhidos à CDE - P&D	2.403	1.744	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	8.109	6.321	2.704	2.346
Recurso a serem recolhidos à CDE - PEE	333	491	-	-
EPE / FNDCT	314	(260)	-	-
Total	17.439	20.678	3.582	4.673

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

16. TRIBUTOS

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	6.005	25.506
Programa de integração social - PIS	1.290	1.452
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.013	6.722
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	18.681
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	6.827
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	1.121
Outros	4.913	3.021
Total	18.222	63.329
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	139
Total	-	139

17. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
Trabalhistas	16.325	4.612	15.195	4.365
Cíveis	529	268	1.745	254
Fiscais	19.924	12.683	19.795	14.140
Imposto de renda	6.337	-	6.233	-
Contribuição social	734	-	857	-
Outras	12.853	12.683	12.705	14.140
Regulatórios	3.384	-	3.058	-
Total	40.161	17.563	39.794	18.759

A movimentação das provisões para litígios está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Trabalhistas	15.195	2.414	(273)	(2.230)	1.219	16.325
Cíveis	1.745	2.965	(202)	(4.125)	146	529
Fiscais	19.795	2.710	(3.455)	(817)	1.691	19.924
Regulatórios	3.058	-	-	-	325	3.384
Total	39.794	8.088	(3.930)	(7.172)	3.381	40.161

As provisões para litígios trabalhistas, cíveis fiscais e regulatórios foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a) **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b) **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c) **Fiscais:** refere-se à ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ, e outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo PIS e COFINS e ICMS.
- d) **Regulatórios:** refere-se principalmente a fiscalizações do órgão regulador.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis estavam assim representadas:

	31/12/2024	31/12/2023	Principais causas:
Trabalhistas	6.749	6.262	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	26.254	21.325	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	62.341	97.379	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - outros	54.516	57.257	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	4.311	4.327	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	154.171	186.550	

18. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Consumidores e concessionárias	27.416	17.717	-	-
Bônus Itaipu	8.602	-	-	-
Fundo de reversão	185	185	2.286	2.471
Adiantamentos	538	402	13	200
Convênios de arrecadação	5.297	4.304	-	-
Outros	17.529	3.118	1.799	1.842
Total	59.567	25.726	4.098	4.513

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Bônus Itaipu: refere-se ao valor recebido da Companhia Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) em decorrência do saldo anual superavitário da Conta Comercialização da Energia Elétrica da usina hidrelétrica de Itaipu (Conta de Itaipu) referente ao ano 2023, que será repassado aos consumidores das classes residencial e rural que tiveram ao menos um mês de consumo inferior a 350 kWh no mesmo ano que houve superávit na Conta de Itaipu, por meio de aplicação da Tarifa Bônus definida pela Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica (STR) da ANEEL. Em 2024, foi homologado por meio da REH n.º 3.420, e será repassado aos consumidores elegíveis nas faturas que serão emitidas a partir de janeiro de 2025.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

19. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto	Adições	Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
	em 31/12/2023			em 31/12/2024	Líquidas (A)+(B)		em 31/12/2024	em 31/12/2023
Em serviço	401.705	-	9.560	411.265	9.560	(227.485)	183.780	187.599
Participação da União, Estados e Municípios	7.167	-	-	7.167	-	(4.269)	2.898	3.172
Participação Financeira do Consumidor	233.395	-	5.657	239.052	5.657	(161.643)	77.409	78.735
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	131.151	-	3.903	135.054	3.903	(50.871)	84.183	85.269
Pesquisa e Desenvolvimento	641	-	-	641	-	(165)	476	513
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	1.647	-	-	1.647	-	(86)	1.561	1.626
Outros	27.704	-	-	27.704	-	(10.451)	17.253	18.286
Ultrapassagem de demanda	14.609	-	-	14.609	-	(3.630)	10.979	11.316
Excedente de reativos	13.095	-	-	13.095	-	(6.751)	6.344	6.970
Outros	-	-	-	-	-	(70)	(70)	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(214.106)	(13.379)	-	(227.485)	(13.379)			
Participação da União, Estados e Municípios	(3.995)	(274)	-	(4.269)	(274)			
Participação Financeira do Consumidor	(154.661)	(6.982)	-	(161.643)	(6.982)			
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.883)	(4.988)	-	(50.871)	(4.988)			
Pesquisa e Desenvolvimento	(128)	(37)	-	(165)	(37)			
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(21)	(65)	-	(86)	(65)			
Outros	(9.418)	(1.033)	-	(10.451)	(1.033)			
Ultrapassagem de demanda	(3.293)	(362)	-	(3.655)	(362)			
Excedente de reativos	(6.125)	(671)	-	(6.796)	(671)			
Outros	-	-	-	-	-			
Em curso	11.289	8.454	(9.560)	10.183	(1.106)	-	10.183	11.289
Participação da União, Estados e Municípios	107	-	(107)	-	(107)	-	-	107
Participação Financeira do Consumidor	2.346	134	41	2.521	175	-	2.521	2.346
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	1.060	2.843	(3.903)	-	(1.060)	-	-	1.060
Pesquisa e Desenvolvimento	289	-	(289)	-	(289)	-	-	289
Valores Pendentes de Recebimento	7.487	5.477	(5.302)	7.662	175	-	7.662	7.486
Total	198.888	(4.925)	-	193.963	(4.925)	(227.485)	193.963	198.888

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2024	31/12/2024			
	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,92%	232.369	178.896	411.265
Participação da União, Estados e Municípios		3.199	3.968	7.167
Participação Financeira do Consumidor		124.725	114.327	239.052
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		81.962	53.092	135.054
Pesquisa e Desenvolvimento		641	-	641
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		1.647	-	1.647
Outros	20.195	7.509	27.704	
Ultrapassagem de demanda		7.068	2.628	9.696
Excedente de reativos		13.127	4.881	18.008
(-) Amortização Acumulada	(99.845)	(127.640)	(227.485)	
Participação da União, Estados e Municípios		(1.662)	(92.323)	(93.985)
Participação Financeira do Consumidor		(69.320)	(2.607)	(71.927)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(21.583)	(29.288)	(50.871)
Pesquisa e Desenvolvimento		(165)	-	(165)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(86)	-	(86)
Outros	(7.029)	(3.422)	(10.451)	
Ultrapassagem de demanda		(2.457)	(1.197)	(3.654)
Excedente de reativos		(4.572)	(2.225)	(6.797)
Total	132.524	51.256	183.780	

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	359.058.396	100,00

20.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

A dívida líquida da Companhia alcançou 4,03 vezes o EBITDA em 2024 (3,43 vezes em 2023), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Embora o índice de 2024 tenha ficado acima, isso não acarreta como consequência o vencimento antecipado de nenhuma dívida, nem prejuízos às operações da Companhia.

20.2 Capital social

Através da AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 33.820, decorrente da destinação de parte do resultado apurado no exercício de 2023 sem emissão de novas ações.

20.3 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 303.698, que compreende: (i) Reserva legal R\$ 11.873, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 228.356, (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 14.962 e (iv) outras destinações R\$ 48.507.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

20.4 Dividendos e Juros sobre o capital próprio ("JCP")

Através da AGO/E de 25 de abril de 2024 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2023, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000 declarados em 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 29 de setembro de 2023 e 29 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2024:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 16.649 (R\$ 14.152 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, aprovado em AGE de março e setembro;
- Dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 15.440, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária em abril de 2025.

No exercício de 2024, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 12.920 referente a juros sobre capital próprio.

20.5 Outros resultados abrangentes

Refere-se a reserva de reavaliação no montante de R\$ 157.242 (R\$ 174.067 em 31 de dezembro de 2023), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.

20.6 Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido societário do exercício	135.111
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	1
Lucro líquido societário - base para destinação	135.112
Reserva Legal	(6.756)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(41.753)
Reserva de lucros a realizar	(6.007)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2024 e 30/09/2024	(16.649)
Dividendo mínimo obrigatório	(15.440)
Outras destinações - proposta de aumento de capital	(48.507)

Considerando o elevado plano de investimento da Companhia para os próximos anos, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 41.753 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 6.007, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Além disso, a administração está propondo aos acionistas na próxima AGO/E que parte do resultado da Companhia seja destinado a aumento de capital ou outra forma conforme legislação societária no montante de R\$ 48.507.

Eventuais alterações nestas perspectivas que refletem em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2025, mediante aprovação da Administração.

21. RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento - Faturado						
Residencial	514.794	504.020	2.032.075	1.977.964	654.136	557.875
Industrial	460.487	448.798	1.014.569	947.605	332.844	270.683
Comercial	2.591	3.022	159.340	194.182	57.213	61.439
Rural	25.971	26.453	281.668	289.827	98.871	89.946
Poder público	19.808	20.011	282.019	248.974	80.572	62.215
Iluminação pública	4.574	4.420	76.683	71.007	25.455	20.681
Serviço público	575	563	117.543	121.173	23.562	20.249
Consumo próprio	788	753	100.253	105.196	35.618	32.663
	109	111	1.964	1.709	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			188.689	106.745	30.463	21.950
Usu da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					1.324.059	1.157.676
Consumidores Cativos					956.125	863.505
Consumidores Livres					367.934	294.171
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					(22.651)	16.866
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					27.632	79.567
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					(6.364)	78.184
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(21.567)	(46.788)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					55.563	48.171
Outras Receitas Vinculadas					145.145	117.689
Serviços Cobráveis					1.344	1.561
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					143.801	116.128
Total	514.903	504.131	2.222.727	2.086.418	2.158.783	1.951.623

21.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN da ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos gerais do PRORET.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

21.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”):

Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações contábeis regulatórias, foram:

Em 2024, através da REH nº 3.311, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio foi de 7,02%, sendo 8,22% referente ao reajuste tarifário econômico e -1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 5,63%.

Em 2023 através da REH nº 3.178, relativa ao resultado da RTA, o reajuste médio em 5,65%, sendo 4,41% referente ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativo aos componentes financeiros pertinentes. O efeito

médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,02%.

21.3 Subvenções vinculadas ao serviço concedido:

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2024, foi registrada receita de R\$ 143.801 (R\$ 116.128 em 2023), sendo (i) R\$ 14.265 (R\$ 13.881 em 2023) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 115.532 (R\$ 87.287 em 2023) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 5.971 de subvenção CCRBT (R\$ 10.928 em 2023) e (iv) R\$ 8.033 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022 (R\$ 4.032 em 2023).

21.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”):

A ANEEL, por meio da REH nº 3.305, de 14 de novembro de 2023, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A REH nº 3.426, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2024 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2024.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021. O Despacho nº 689 de 06 de março de 2024 homologou os valores revisados das quotas mensais da CDE Conta-Covid.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Conta-Covid e CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessas contas foram encerrados em setembro de 2024.

22. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	490.394	501.236	112.500	108.231
PROINFA	46.265	46.036	17.985	21.374
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.029.539	1.906.369	451.802	362.531
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(53.580)	(45.083)
Subtotal	2.566.198	2.453.641	528.708	447.053
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			274.538	254.579
Encargos de transporte de itaipu			18.042	18.417
Encargos de conexão			9.861	7.463
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.387	17.495
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			8.601	7.740
Encargos de energia de reserva - EER			45.121	49.151
Crédito de PIS e COFINS			(33.348)	(32.820)
Subtotal	327.203		322.025	
Total			855.912	769.078

(*) Conta de Energia de Reserva

23. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2024	2023
Pessoal		
Remuneração	38.440	42.188
Encargos	10.684	11.710
Previdência privada - Corrente	726	838
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	10	10
Despesas rescisórias	1.101	573
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	7.024	7.369
Outros benefícios - Corrente	14.697	14.408
Estagiários e Programas de Iniciação ao Trabalho	183	174
Outros	463	363
Subtotal	73.329	77.632
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.632	1.865
Benefícios dos administradores	366	1.348
Subtotal	1.998	3.213
Total	75.327	80.845

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	13.644	19.725
Acréscimos e multas moratórias	19.467	15.268
Atualização de créditos fiscais	17.611	2.442
Atualização de depósitos judiciais	1.103	1.468
Atualizações monetárias e cambiais	119.684	41.264
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.577	775
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	4.140	5.606
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.654)	(1.538)
Outros	2.630	2.964
Total	177.203	87.974
Despesas		
Encargos de dívidas	(70.421)	(55.925)
Atualizações monetárias e cambiais	(181.787)	(117.976)
(-) Juros capitalizados	4.313	3.257
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(8.270)	(3.701)
Outros	(7.315)	(4.900)
Total	(263.480)	(179.245)
Resultado Financeiro	(86.277)	(91.271)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,66% a.a. em 2024 (7,38% a.a. em 2023) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 98.047 (perda de R\$ 82.069 em 2023) (nota 28).

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços:** refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** a Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2024, conforme requerido pelo CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 2.470 (R\$ 3.798 em 2023). Este valor é composto por R\$ 2.130 (R\$ 3.358 em 2023) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 39 (R\$ 30 em 2023) de benefícios pós-emprego e R\$ 300 (R\$ 411 em 2023) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	432	660	1.748	1.754	-	-	15.416	17.176
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	1	-	848	283	248	102	255
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	29.592	12.920	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	60.475	49.905	21.130	7.216	25	6	23.823	23.129
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	238	44	274	329	2.251	2.552	4.922	4.653
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	100	138	-	-	1.059	899
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	20.275	19.721
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	257	254
Entidades sob o controle da CPFL Energia	16	13	7.248	1.944	6	6	-	-

A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 55.691 no exercício (R\$ 49.786 em 2023), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

26. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2024
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	156.000
Transporte	Transporte nacional e internacional	67.844
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	50.736
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	59.368
Garantia	Seguro Garantia	97.534
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		581.482

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

27. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco.
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extração do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extração dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extração do limite de risco:
 - d) Validar o preenchimento do Formulário de Extração de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - e) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - f) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 28.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2024, observou-se uma hidrologia desfavorável, especialmente na região sudeste/centro-oeste, com ocorrência de eventos extremos pontuais (cheias no Rio Grande do Sul e grandes períodos secos na região Norte do país). Contudo, devido à diversificação da matriz energética brasileira e grande participação de fontes renováveis, os principais reservatórios iniciaram 2025 em níveis confortáveis para geração de energia elétrica.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos

financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market, Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

					31/12/2024
	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	43.125	43.125
Investimento temporário	8	(a)	Nível 2	216.729	216.729
Instrumentos financeiros derivativos	28	(a)	Nível 2	92.568	92.568
Total				352.421	352.421
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	364.310	364.310
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	706.297	706.297
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	300.107	295.501
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	172.613	172.613
Instrumentos financeiros derivativos	28	(a)	Nível 2	7.141	7.141
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	75.874	75.874
Total				1.626.342	1.621.737

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 19.081 em 2024 (uma perda R\$ 12.443 em 2023).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria/Mensuração

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) investimentos temporários; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) encargos setoriais; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo de arrendamento e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2024 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Moeda / indexador divida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (*)				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	81.602	-	81.602	101.706	(20.104)	US\$ + de 1,85% a 5,91%	CDI + 0,6% a CDI + 1,33%	Abr/24 a set/26
Empréstimos bancários - Lei 4.131	10.956	-	10.965	11.266	(300)	EUR + de 4,22%	CDI + 1,10%	mar/25
	92.568	-	92.568	112.972	(20.404)			
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	-		(7.141)	(7.141)	6.681	(13.822)	IPCA + 5,79%	CDI + 0,30%
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-		(7.141)	(7.141)	6.681	(13.822)		mar/31
Total	92.568	(7.141)	85.427	119.653	(34.226)			181000
Circulante	72.356	-						
Não circulante	20.212		(7.141)					

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide nota 14.

(*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 31/12/2024
		Liquidado		
Para dívidas designadas a valor justo	(38.084)	112.585	45.152	119.653
Marcação a mercado	(19.689)	(14.538)	-	(34.226)
Total	(57.773)	98.047	45.152	85.427
Ativo circulante	1.701			72.356
Ativo não circulante	3.438			20.212
Passivo não circulante	(62.912)			(7.141)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2024 e 2023, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados no resultado financeiro com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2024	2023
Variação de taxas de juros	1.766	-
Marcação a mercado	(13.823)	-
Variação cambial	110.819	(91.358)
Marcação a mercado	(715)	9.289
Total	<u>98.047</u>	<u>(82.069)</u>

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2024 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(606.357)		(56.275)	109.383	275.041
Derivativos - swap plain vanilla	610.322		56.643	(110.098)	(276.839)
	3.965	baixa dólar	368	(715)	(1.798)
Instrumentos financeiros passivos	(99.940)		(11.192)	16.591	44.374
Derivativos - swap plain vanilla	100.059		11.206	(16.611)	(44.427)
	119	baixa euro	14	(20)	(53)
Total	4.084		382	(735)	(1.851)
Efeitos no resultado do exercício			382	(735)	(1.851)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2024 foi de R\$ 6,19 para o dólar e R\$ 6,43 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 6,77 e R\$ 7,15 e a depreciação cambial de 9,28% e 11,20%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2024.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é a baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2024 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa) Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	250.537				38.608	48.260	57.911
Instrumentos financeiros passivos	(301.994)				(46.537)	(58.172)	(69.806)
Derivativos - swap plain vanilla	(806.840)				(124.334)	(155.417)	(186.501)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(75.874)				(11.692)	(14.615)	(17.538)
Total	(934.172)	alta CDI/SELIC	12,15%	15,41%	(143.955)	(179.944)	(215.934)
Efeitos no resultado do exercício	(1.290.735)				(174.013)	(217.517)	(261.022)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, foi calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil

descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos temporários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 28b). A Administração não identificou para os exercícios de 2024 e 2023 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2024	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	163.709	19.933	-	-	-	-	183.642
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	4.899	374.194	303.178	396.708	69.268	244.340	1.392.587
Derivativos	28	-	-	-	-	-	-	7.141
Debêntures - principal e encargos	14	-	21.176	45.016	105.841	91.626	534.941	798.600
Encargos Setoriais	15	1.399	-	-	-	-	-	1.399
Consumidores e concessionárias	18	5.090	22.326	-	-	-	-	27.416
Bônus Itaipu	18	8.602	-	-	-	-	-	8.602
EPE / FNNDCT / PROCEL	15	-	-	2.444	-	-	-	2.444
Convênio de arrecadação	18	-	5.297	-	-	-	-	5.297
Fundo de reversão	18	15	31	138	2.286	-	-	2.471
Total		183.714	442.956	350.776	504.836	160.894	786.422	2.429.599

29. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	87.786	4.354	17.857	1.437
Compra estimada (*)	-	-	29.748	2.773
Total	87.786	4.354	47.605	4.210

	2024		2023	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	130.628	21.370	53.362	4.025
Venda estimada (*)	35.293	2.839	-	-
Total	165.921	24.209	53.362	4.025

(*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1º de novembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 (período de 1º de novembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

30. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

30.1 Revisão Tarifária Periódica

Entre 4 de dezembro de 2020 e 21 de janeiro de 2021, a ANEEL instaurou a Consulta Pública – CP 076/2020 e submeteu a Audiência Pública 012/2020 a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica da CPFL Santa Cruz de 2021.

Em 11 de março de 2021, a concessionária apresentou por meio da Carta nº 016/RR/CPFL SANTA CRUZ/2021, a proposta com: (i) diferimento tarifário, por meio de componente financeiro negativo, no valor de R\$ 45.559 e (ii) inclusão de item financeiro extraordinário Documento SIC 48513.006627/2021-00 referente à devolução de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da indevida inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no total de R\$ 20.241, resultando no impacto tarifário médio para o consumidor nesse processo de 9,95%.

Após análise das contribuições recebidas da Consulta Pública – CP 076/2020, da Audiência Pública nº 012/2020, da proposta feita pela concessionária e com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia vigente dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 16 de março de 2021, foi homologado, por meio da Resolução Homologativa nº 2.837 os resultados da Revisão Tarifária Periódica da CPFL Santa Cruz de 2021.

Assim, foram homologadas as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada, cujos reajustes médios são:

Descrição	CPFL Santa Cruz
Resolução	2837/2021
Percepção dos consumidores/usuários/agentes supridos	9,95%
Percepção dos consumidores conectados na Alta Tensão	18,27%
Percepção para os consumidores conectados na Baixa Tensão	5,38%

30.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP, observando-se as seguintes diretrizes:

- a) Base Blindada é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) Base Incremental corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- c) Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- e) A base de remuneração é atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, aprovados pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.837 de 16 de março de 2021.

Base de Remuneração Regulatória	
Descrição	R\$
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	2.329.328
(2) Índice de Aproveitamento Integral	1.075
(3) Obrigações Especiais Bruta	347.597
(4) Bens Totalmente Depreciados	300.224
(5) Base de Remuneração Bruta	1.680.432
(6) Depreciação Acumulada	959.703
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	1.369.625
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	612
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	1.369.013
(10) Almoxarifado em Operação	2.489
(11) Ativo Diferido	0
(12) Obrigações Especiais Líquida	173.372
(13) Terrenos e Serviços	15.326
(14) Base de Remuneração Líquida	1.213.457
(15) Saldo RGR PLPT	0
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0
(17) Taxa de Depreciação	0
(18) Quota de Reintegração Regulatória	65.705
(19) RC sem Obrigações Especiais	129.056
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	5.155
(21) Remuneração do Capital (RC)	134.211

30.3 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI, aprovados pela Resolução Homologatória Nº 2.837, de 16 de março de 2021.

Descrição	Valores
Resolução	2837/2021
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	182.081
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	81.936
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	21.849
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	78.295
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	8.559
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	4.283
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	18.936
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	31.779

30.4 Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

A tabela a seguir apresenta os valores de componente Pd e componente T do Fator X homologados para o Processo Tarifário de 2021 da CPFL Santa Cruz.

Componentes	
Componente Pd do Fator X	0,79%
Componente T do Fator X	-0,09%

A componente Q do Fator X, Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é o índice que almeja incentivar as distribuidoras a investir na prestação de serviço de boa qualidade e permitir que a qualidade da energia seja mais aderente às tarifas praticadas. Nesta revisão, foi calculado por meio da análise da variação dos indicadores técnicos e comerciais da Concessionária entre 2018 e 2019, resultando em -0,76%.

30.5 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste tarifário anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações dos custos incorridos no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação da inflação, ajustado pela aplicação do Fator X.

Em março de 2024, a ANEEL publicou a REH nº 3.311, que fixou o reajuste tarifário anual - RTA da Companhia, com vigência a partir de 22 de março de 2024, em 7,02%, sendo 8,22% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é 5,63%.

31. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da

reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

31.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante	791.853	(266)	791.587	538.763	(298)	538.465
Caixa e Equivalentes de Caixa	43.125	-	43.125	70.311	-	70.311
Consumidores, concessionárias e permissionárias	238.133	(266)	237.867	244.057	(297)	243.760
Serviços em Curso	6.293	-	6.293	7.191	-	7.191
Tributos Compensáveis	71.631	-	71.632	21.290	-	21.290
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	84.714	-	84.714	122.674	-	122.674
Depósitos Judiciais e Cauções	-	4.960	4.960	-	4.837	4.837
Almoxarifado Operacional	4.416	-	4.416	4.083	-	4.083
Investimentos Temporários	216.729	(4.960)	211.769	22.772	(4.837)	17.935
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	9.970	-	9.970
Despesas Pagas Antecipadamente	8.093	-	8.093	6.371	-	6.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	72.356	-	72.356	1.701	-	1.701
Outros Ativos Circulantes	46.363	-	46.363	28.341	-	28.341
Ativo Não Circulante	2.267.681	(362.763)	1.904.918	1.993.308	(381.927)	1.611.381
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	15.329	-	15.329	12.993	-	12.993
Tributos Compensáveis	36.229	-	36.229	25.104	-	25.104
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	-	-	-	24.632	-	24.632
Depósitos Judiciais e Cauções	17.563	-	17.563	18.759	-	18.759
Tributos Diferidos	-	-	-	-	14.472	14.472
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	2.879	-	2.879
Despesas Pagas Antecipadamente	939	-	939	1.430	-	1.430
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.212	-	20.212	3.438	-	3.438
Ativo Financeiro da Concessão	-	249.935	249.935	-	183.111	183.111
Outros Ativos Não Circulantes	27	806	833	27	739	766
Imobilizado	2.123.760	(2.123.760)	-	1.856.380	(1.856.380)	-
Ativo contratual	-	388.375	388.375	-	244.166	244.166
Intangível	53.621	1.121.882	1.175.503	47.667	1.031.965	1.079.632
Total do Ativo	3.059.534	(363.029)	2.696.505	2.532.071	(382.225)	2.149.846
	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante	943.073	(266)	942.808	593.071	(298)	592.773
Fornecedores	183.642	-	183.642	147.129	-	147.129
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	506.129	(439)	505.690	185.051	(549)	184.502
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.958	-	10.958	10.962	-	10.962
Tributos	18.222	-	18.222	63.329	-	63.329
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	29.592	-	29.592	12.920	-	12.920
Encargos Setoriais	17.439	-	17.439	20.678	-	20.678
Passivos Financeiros Setoriais	64.017	-	64.017	20.919	-	20.919
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	53.508	-	53.508	106.358	-	106.358
Outros Passivos Circulantes	59.567	173	59.741	25.725	252	25.977
Passivo Não Circulante	1.387.440	(251.355)	1.136.085	1.294.052	(251.569)	1.042.483
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.037.198	(359)	1.036.839	885.044	(295)	884.749
Tributos	-	7.071	7.071	139	7.090	7.229
Provisão para Litígios	40.161	(7.071)	33.090	39.794	(7.090)	32.704
Encargos Setoriais	3.582	-	3.582	4.673	-	4.673
Tributos Diferidos	74.178	(57.392)	16.785	52.682	(52.682)	-
Passivos Financeiros Setoriais	11.857	-	11.857	3.420	-	3.420
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.141	-	7.141	62.912	-	62.912
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	15.261	-	15.261	41.988	-	41.988
Outros Passivos Não Circulantes	4.098	359	4.457	4.513	295	4.809
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço	193.963	(193.963)	-	198.888	(198.888)	-
Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	2.330.513	(251.621)	2.078.893	1.887.123	(251.867)	1.635.256
Patrimônio Líquido						
Capital Social	252.576	-	252.576	218.756	-	218.756
Reservas de Capital	6.071	(5.586)	485	6.071	(5.585)	486
Outros Resultados Abrangentes	157.242	(157.242)	-	174.067	(174.067)	-
Reservas de Lucros	255.191	60.854	316.045	200.675	60.853	261.528
Recursos Destinados a Aumento de Capital	48.507	-	48.507	33.820	-	33.820
Lucros Acumulados	9.435	(9.435)	-	11.559	(11.559)	-
Total do Patrimônio Líquido	729.021	(111.410)	617.612	644.948	(130.358)	514.590
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.059.534	(363.029)	2.696.505	2.532.071	(382.225)	2.149.846

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2024 e 2023:

Reclassificações e ajustes de 2024:

	Regulatório	Reclassificações							Ajustes				Societário
		Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para Litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)	
Ativo													
Ativo Circulante													
Consumidores, concessionárias e permissionárias	238.133	-	-	-	-	(266)	-	-	-	-	-	-	237.867
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	4.960	-	-	-	-	-	4.960
Investimentos Temporários	216.729	-	-	-	-	-	(4.960)	-	-	-	-	-	211.769
Ativo Não Circulante													
Ativo Financeiro da Concessão	-	202.995	-	(7.061)	-	-	-	-	-	54.001	-	-	249.935
Outros Ativos Não Circulantes	27	-	-	-	-	-	-	806	-	-	-	-	833
Imobilizado	2.123.760	(202.995)	(1.635.076)	-	-	-	-	(806)	(284.883)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	394.968	(6.593)	-	-	-	-	-	-	-	-	388.375
Intangível	53.621	-	1.240.108	(129.051)	-	-	-	-	(4.618)	-	15.443	-	1.175.503
Total do Ativo	2.632.271	-	-	(142.706)	-	(266)	-	-	(289.501)	54.001	15.443	-	2.269.242
Passivo													
Passivo Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	506.129	-	-	-	-	-	-	(439)	-	-	-	-	505.689
Outros Passivos Circulantes	59.567	-	-	-	-	(266)	-	439	-	-	-	-	59.741
Passivo Não Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	1.037.198	-	-	-	-	-	-	(359)	-	-	-	-	1.036.839
Tributos	-	-	-	7.071	-	-	-	-	-	-	-	-	7.071
Provisão para Litígios	40.161	-	-	(7.071)	-	-	-	-	-	-	-	-	33.090
Tributos diferidos	74.178	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.392)	16.785
Outros Passivos Não Circulantes	4.098	-	-	-	-	-	359	-	-	-	-	-	4.457
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	193.963	-	(142.706)	-	-	-	-	(51.257)	-	-	-	-	-
Total do Passivo	1.915.294	-	-	(142.706)	-	(266)	-	-	(51.257)	-	-	(57.392)	1.663.675
Total Ativo (-) Passivo	716.977	-	-	-	-	-	-	-	(238.245)	54.001	15.443	57.392	605.567

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro da concessão, ativo contratual e o ativo intangível.
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas Ativo financeiro da concessão, Ativo contratual e Intangível.
- (c) Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário
- (d) Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

Reclassificações e ajustes de 2023:

	Regulatório	Reclassificações						Ajustes				Societário
		Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)
Ativo												
Ativo Circulante												
Consumidores, concessionárias e permissionárias	244.057	-	-	-	-	(297)	-	-	-	-	-	243.760
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	4.837	-	-	-	-	4.837
Investimentos Temporários	22.772	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	-	-	17.935
Ativo Não Circulante							-	-				
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.472	14.472
Ativo Financeiro da Concessão	-	143.644	-	(5.433)	-	-	-	-	44.900	-	-	183.111
Outros Ativos Não Circulantes	27	-	-	-	-	-	739	-	-	-	-	766
Imobilizado	1.856.380	(143.644)	(1.396.110)	-	-	-	(739)	(315.887)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	252.138	(7.972)	-	-	-	-	-	-	-	244.166
Intangível	47.667	-	1.143.973	(128.356)	-	-	-	(4.980)	-	21.328	-	1.079.632
Total do Ativo	2.170.903	-	-	(141.761)	-	(297)	-	(320.867)	44.900	21.328	14.472	1.788.678
Passivo												
Passivo Circulante												
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	185.051	-	-	-	-	(297)	-	(549)	-	-	-	184.502
Outros Passivos Circulantes	25.725	-	-	-	-	-	549	-	-	-	-	25.977
Passivo Não Circulante												
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	885.044	-	-	-	-	-	-	(295)	-	-	-	884.749
Tributos	139	-	-	-	7.090	-	-	-	-	-	-	7.229
Provisão para Litígios	39.794	-	-	-	(7.090)	-	-	-	-	-	-	32.704
Tributos diferidos	52.682	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.682)	-
Outros Passivos Não Circulantes	4.513	-	-	-	-	-	295	-	-	-	-	4.809
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço	198.888	-	-	(141.761)	-	-	-	(57.127)	-	-	-	-
Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	1.391.834	-	-	(141.761)	-	(297)	-	(57.127)	-	-	(52.682)	1.139.970
Total Ativo (-) Passivo	779.069	-	-	-	-	-	-	(263.740)	44.900	21.328	67.154	648.708

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (c) Provisão para riscos fiscais relacionados a IR/CSLL foi reclassificado para Tributos a pagar no societário em função do ICPC 22.
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar, conforme Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Total do ativo conforme contabilidade societária	2.696.505	2.149.846
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	854.605	886.142
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(565.104)	(565.278)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(54.001)	(44.900)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(15.443)	(21.328)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.4)	(57.392)	(67.154)
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (a)	142.706	141.763
Reclassificação de tributos diferidos (b)	57.392	52.682
Redução Incentivada de Consumo (c)	266	297
Total do ativo regulatório	3.059.534	2.532.071

- (a) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas no Ativo Intangível e para fins e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica.
- (b) Refere-se ao encontro de contas dos tributos diferidos.
- (c) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	617.612	514.590
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	675.709	707.245
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(437.464)	(443.507)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(54.001)	(44.899)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(15.443)	(21.328)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.4)	(57.392)	(67.154)
Patrimônio líquido regulatório	729.021	644.948

31.2 Demonstração do Resultado do Exercício

	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita	2.158.783	428.372	2.587.155	1.951.623	301.121	2.252.744
Forneccimento de Energia Elétrica	631.485	-	631.485	574.741	-	574.741
Suprimento de Energia Elétrica	6.254	-	6.254	17.925	-	17.925
Energia Elétrica de Curto Prazo	24.209	-	24.209	4.025	-	4.025
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	1.324.059	(3.632)	1.320.426	1.157.676	(4.171)	1.153.505
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	27.632	-	27.632	79.567	-	79.567
Serviços Cobráveis	1.344	-	1.344	1.561	-	1.561
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	143.801	-	143.801	116.128	-	116.128
Outras Receitas	-	432.005	432.005	-	305.292	305.292
Tributos	(477.787)	(1.967)	(479.754)	(396.639)	(487)	(397.126)
ICMS	(308.791)	(1.223)	(310.015)	(239.722)	(450)	(240.172)
PIS-PASEP	(30.135)	(261)	(30.395)	(27.990)	-	(27.990)
COFINS	(138.856)	(473)	(139.328)	(128.923)	(37)	(128.960)
ISS	(5)	(11)	(16)	(5)	-	(5)
Encargos - Parcada "A"	(311.828)	-	(311.828)	(315.133)	67	(315.066)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(7.017)	-	(7.017)	(6.295)	-	(6.295)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(7.017)	-	(7.017)	(6.295)	-	(6.295)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(279.069)	-	(279.069)	(282.701)	-	(282.701)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.392)	-	(2.392)	(2.185)	-	(2.185)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(12.892)	-	(12.892)	(12.878)	-	(12.878)
Outros Encargos	(3.440)	-	(3.440)	(4.778)	67	(4.711)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	1.369.168	426.405	1.795.573	1.239.851	300.701	1.540.552
Custos Não Gerenciáveis - Parcada "A"	(855.912)	-	(855.912)	(769.078)	-	(769.078)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(510.723)	-	(510.723)	(425.679)	-	(425.679)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(17.985)	-	(17.985)	(21.374)	-	(21.374)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(327.203)	-	(327.203)	(322.025)	-	(322.025)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	513.256	426.405	939.662	470.772	300.702	771.474
Custos Gerenciáveis - Parcada "B"	(268.514)	(397.049)	(665.564)	(261.853)	(273.080)	(534.933)
Pessoal e Administradores	(75.327)	-	(75.327)	(80.845)	(38)	(80.883)
Material	(16.087)	-	(16.087)	(16.788)	-	(16.788)
Serviços de Terceiros	(73.659)	-	(73.659)	(65.185)	-	(65.185)
Arrendamento e Alugueis	(1.009)	622	(387)	(1.610)	615	(995)
Seguros	(463)	-	(463)	(467)	-	(467)
Doações, Contribuições e Subvenções	(23)	-	(23)	(13)	-	(13)
Provisões	(7.648)	2.707	(4.940)	(9.965)	342	(9.623)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.896)	-	(10.896)	(6.019)	-	(6.019)
(-) Recuperação de Despesas	2.553	-	2.553	2.101	-	2.101
Tributos	(852)	-	(852)	(825)	-	(825)
Depreciação e Amortização	(90.286)	11.859	(78.428)	(87.182)	15.306	(71.876)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(17.033)	4.982	(12.051)	(15.670)	4.740	(10.930)
Outras Receitas Operacionais	37.996	(37.996)	-	34.665	(34.665)	-
Outras Despesas Operacionais	(15.780)	(379.224)	(395.004)	(14.048)	(259.382)	(273.430)
Resultado da Atividade	244.742	29.355	274.097	208.919	27.621	236.540
Resultado Financeiro	(86.277)	-	(86.277)	(91.271)	-	(91.271)
Receitas Financeiras	177.203	(117.128)	60.074	87.974	(36.725)	51.249
Despesas Financeiras	(263.480)	117.128	(146.352)	(179.245)	36.725	(142.520)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	158.465	29.355	187.820	117.649	27.619	145.268
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(42.303)	(10.406)	(52.709)	(33.607)	(9.314)	(42.921)
Resultado Líquido do Exercício	116.162	18.949	135.111	84.042	18.305	102.347
Atribuível aos Acionistas Controladores	116.162	18.949	135.111	84.042	18.305	102.347

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2024 e 2023:

Reclassificações e ajustes de 2024:

	Regulatório	Reclassificações							Ajustes				
		Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Variação monetária e marcação a mercado (e)	Provisões para litígios fiscais (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)	Societário
Receita													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	1.324.059	-	(3.632)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320.426
Outras receitas	-	388.742	(1.445)	35.606	-	-	-	-	-	9.102	-	-	432.005
Tributos													
ICMS	(308.791)	-	-	-	-	-	(1.223)	-	-	-	-	-	(310.015)
PIS-PASEP	(30.135)	-	-	-	-	-	(261)	-	-	-	-	-	(30.395)
COFINS	(138.856)	-	-	-	-	-	(473)	-	-	-	-	-	(139.328)
ISS	(5)	-	-	-	-	-	(11)	-	-	-	-	-	(16)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Arrendamento e Alugueis	(1.009)	-	-	-	-	-	-	622	-	-	-	-	(387)
Provisões	(7.648)	-	-	-	-	-	2.707	-	-	-	-	-	(4.940)
Depreciação e Amortização	(90.286)	-	-	-	-	-	-	(622)	16.875	-	(4.394)	-	(78.428)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(17.033)	-	5.077	-	-	-	(95)	-	-	-	-	-	(12.051)
Outras receitas operacionais	37.996	-	-	(35.606)	(2.390)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(15.780)	(388.742)	-	-	2.390	-	-	-	8.618	-	(1.490)	-	(395.004)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	177.203	-	-	-	-	(117.128)	-	-	-	-	-	-	60.074
Despesas Financeiras	(263.480)	-	-	-	-	117.128	-	-	-	-	-	-	(146.352)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(42.303)	-	-	-	-	-	(644)	-	-	-	-	(9.762)	(52.709)
Resultado Líquido do Exercício	116.162	-	-	-	-	-	-	-	25.493	9.102	(5.884)	(9.762)	135.111

- (a) Para a demonstrações financeiras societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a Companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação monetária e marcação a mercado na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com sua natureza, conforme MCSE.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Alugueis;

Reclassificações e ajustes de 2023:

	Regulatório	Reclassificações						Ajustes					
		Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Provisões para litígios fiscais (e)	Depreciação de Arrendamento (f)	Variação cambial de empréstimos (g)	Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)	Societário
Receita													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	1.157.676	-	(4.171)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.153.505
Outras receitas	-	265.403	(569)	33.299	-	-	-	-	-	7.159	-	-	305.292
Tributos													
ICMS	(239.722)	-	-	-	-	(450)	-	-	-	-	-	-	(240.172)
COFINS	(128.923)	-	-	-	-	(37)	-	-	-	-	-	-	(128.960)
Encargos - Parcela "A"													
Outros Encargos	(4.778)	-	-	-	-	67	-	-	-	-	-	-	(4.711)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Pessoal e Administradores	(80.845)	-	-	-	-	(38)	-	-	-	-	-	-	(80.883)
Arrendamento e Aluguéis	(1.610)	-	-	-	-	-	615	-	-	-	-	-	(995)
Provisões	(9.965)	-	-	-	-	342	-	-	-	-	-	-	(9.623)
Depreciação e Amortização	(87.182)	-	-	-	-	-	(615)	-	20.981	-	(5.061)	-	(71.876)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(15.670)	-	4.740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.930)
Outras receitas operacionais	34.665	-	-	(33.299)	(1.366)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(14.048)	(265.403)	-	-	1.366	-	-	-	6.643	-	(1.988)	-	(273.430)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	87.974	-	-	-	-	-	(36.725)	-	-	-	-	-	51.249
Despesas Financeiras	(179.245)	-	-	-	-	-	36.725	-	-	-	-	-	(142.520)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(33.607)	-	-	-	-	116	-	-	-	-	-	(9.430)	(42.921)
Resultado Líquido do Exercício	84.042	-	-	-	-	-	-	-	27.624	7.159	(7.049)	(9.430)	102.347

- (a) Para a demonstrações financeiras societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações financeira societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE;
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	135.111	102.347
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(8.618)	(6.645)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(16.875)	(20.981)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(9.102)	(7.159)
Ajustes do ativo intangível da concessão (31.3.3)	5.884	7.049
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.4)	9.762	9.430
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	116.162	84.042

31.3 Composição dos ajustes

31.3.1 Reavaliação Regulatória Compulsória:

De acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e baixas, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas 10, 12 e 19 deste relatório, estão assim apresentados:

Saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	808.845	(523.962)	284.883	840.381	(524.494)	315.887
Ativo intangível	45.761	(41.142)	4.618	45.761	(40.782)	4.978
Obrigações especiais	(178.896)	127.640	(51.257)	(178.896)	121.769	(57.127)
Total	675.709	(437.464)	238.245	707.245	(443.507)	263.738
Efeito IR e CSLL	(229.741)	148.738	(81.003)	(240.463)	150.792	(89.672)
Efeito Líquido	445.968	(288.726)	157.241	466.782	(292.716)	174.066

Conforme mencionado na nota 3.5, em 2021 foi contemplado os efeitos da implantação do laudo homologado da revisão tarifária, cujo efeitos estão demonstrados na nota 12 e 19.

31.3.2 Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

31.3.3 Ativo Intangível da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e, que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

31.3.4 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

32. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2024	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 21 anos	293.961	622.897	546.926	2.498.853	3.962.638
Compra de energia de Itaipu	Até 21 anos	105.695	152.159	95.182	691.458	1.044.496
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 21 anos	340.938	674.275	649.739	5.053.387	6.718.339
Projetos de construção de Subestação	Até 5 anos	93.142	108.300	68.656	-	270.098
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	69.530	90.225	15.033	-	174.788
Total		903.266	1.647.856	1.375.537	8.243.698	12.170.358

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2024, um valor de R\$ 4.313 (R\$ 3.257 em 2023) referente a juros capitalizados no ativo imobilizado.

Ainda em 2024, houve o aumento do capital social (nota 20) da Companhia no montante de R\$ 33.820, decorrente de parte do resultado apurado no exercício de 2023, sem emissão de novas ações.

34. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

34.1 Debentures

Em 06 de março de 2025, foi aprovada a emissão de debêntures no valor de R\$ 225.000, 6^a (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública, da companhia Jaguari de Energia, com vencimento de juros semestrais, em agosto e fevereiro de todos os anos, com início em agosto de 2025 e amortizações semestrais em 5 parcelas iguais, com início em fevereiro de 2033 e fim em fevereiro de 2035. A taxa efetiva anual de IPCA + 7,7082%. O recurso será destinado para investimento.

34.2 Reajuste tarifário - RTA

Com a aplicação da metodologia e dos procedimentos tarifários vigentes, o Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2025 da CPFL Santa Cruz resulta no efeito médio de -3,44%. No entanto, considerando a projeção para a Revisão Tarifária Periódica – RTP de 2026 apurada pela Aneel, de 16,00%, decorrente principalmente do efeito do término da devolução dos créditos de Pis/Cofins e do reconhecimento, dentre outros itens, na 8^a Reunião Pública da Diretoria da Aneel, realizada em 18 de março de 2025, foi pedido vista do processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2025 para avaliar o pleito da distribuidora, adiando a decisão sobre o reajuste. Com isso, as tarifas definidas no RTA de 2024 foram prorrogadas até que a Aneel decida sobre o reajuste a ser implementado em 2025. A diferença de receita relativa ao período postergado será compensada no RTA de 2026.

DIRETORIA

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Presidente

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores interino

JAIRO EDUARDO DE BARROS
ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

HONG ZHA
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

Companhia Jaguari de Energia

*Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente*

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa no 933 de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

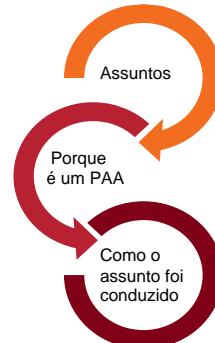
Ênfase Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Jaguari de Energia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Nota 6)

A receita de distribuição de energia elétrica é Nossa abordagem de auditoria considerou, entre reconhecida no momento em que a energia é fornecida. outros, a avaliação do desenho, implementação e A Companhia efetua a leitura do consumo de seus efetividade dos controles internos relacionados à clientes baseado em uma rotina que depende da determinação do montante da receita de energia calendarização e rota de leitura. Consequentemente, distribuída, mas não faturada. Também envolvemos uma parte da energia distribuída não é faturada ao final nossos especialistas em tecnologia da informação para de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2024 utilizados na determinação dos saldos registrados. somava R\$ 74.274 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas Demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em 26 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se

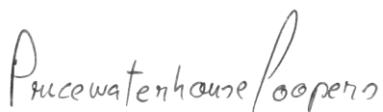
- as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas Demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 28 de abril de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

DocuSigned by
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 28 de abril de 2025 | 13:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
ICP-Brasil
990108451FA5438...

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BAo29904/O-5

TERMO DE RESPONSABILIDADE
Referente Demonstrações Contábeis
Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 28 de abril de 2025.

Concessionária: Companhia Jaguari de Energia

TERM OF RESPONSIBILITY
Concerning Regulatory Financial Statements

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 28, 2025.

Concessionnaire: Companhia Jaguari de Energia

Assinado por:

Rafael Lazzaretti
0C07E3B005004D1...

Rafael Lazzaretti
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 312.219.028-14

Assinado por:

Rafael Lazzaretti
0C07E3B005004D1...

Rafael Lazzaretti
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
interino
Interim Chief Financial and
Investor Relations Officer
CPF: 312.219.028-14

DocuSigned by:

Ana Paula Peressim de Paulo
9AB50212BD6E4BC...

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das
Distribuidoras
Accounting Manager of
Distributors
CT CRC 1SP217200/O-6
CPF: 171.567.218-60

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X – fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	--

RL

*OS
APPDP*